



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 02 | Fevereiro 2013



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e do Emprego

GPEAR I
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais
Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Fevereiro de 2013

Elaborado com informação disponível até ao dia 25 de fevereiro.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e do Emprego

Avenida da República, 79, 1.º

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

<hr/>	
Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
<hr/>	
Iniciativas e Medidas Legislativas	33
<hr/>	
Abreviaturas Utilizadas	41

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No 4.º trimestre de 2012, a produção industrial mundial acelerou para 2,9% em termos homólogos (2,6% no 3.º trimestre), devido à melhoria das economias emergentes (especialmente asiáticas). Pelo contrário, a produção industrial das economias avançadas (com destaque para o Japão e a União Europeia) deteriorou-se, a qual apresentou uma taxa de variação negativa, pelo 2.º trimestre consecutivo. O comércio mundial de mercadorias também acelerou neste período, provocado pelo reforço do crescimento das trocas comerciais dos países emergentes; já que o comércio internacional das economias avançadas piorou, tendo tanto as importações como as exportações apresentado uma variação negativa.
- * No início de 2013, assistiu-se a um sentimento globalmente positivo dos mercados financeiros internacionais, refletindo o acordo temporário do plafonamento da dívida pública dos EUA e os reembolsos antecipados de fundos pelos bancos ao BCE, traduzindo uma diminuição das tensões de carência de liquidez dos bancos na área do euro. Porém, no período mais recente, a situação inverteu-se em resultado do aumento da incerteza acerca das perspetivas económicas mundiais, particularmente dos países do sul da área do euro. Neste âmbito, os índices bolsistas internacionais desvalorizaram-se e a taxa de câmbio do euro face ao dólar depreciou-se, situando-se, no dia 25 de fevereiro, em 1,33 (1,36 no final de janeiro).
- * No 4.º trimestre de 2012, o PIB da OCDE abrandou, tendo registado um crescimento de 0,7% em termos homólogos reais (1,2% no 3.º trimestre), tendência que abrangeu a generalidade das economias avançadas, com destaque para uma variação negativa num grande número de países europeus.
- * Nos EUA, o PIB desacelerou para 1,5% em termos homólogos reais no 4.º trimestre de 2012 (2,6% no 3.º trimestre), influenciado pela quebra do consumo e investimento públicos e pelo abrandamento do crescimento das exportações. Pelo contrário, o consumo privado manteve um crescimento moderado e o investimento residencial continuou robusto, tendo apresentado uma forte recuperação em 2012 (11,9%, em média, em 2012), invertendo a quebra acentuada registada entre 2006 e 2011. Os indicadores disponíveis para o início de 2013 indicam um abrandamento da atividade económica (produção industrial e vendas a retalho). Em janeiro de 2013, a taxa de desemprego subiu para 7,9% e a taxa de inflação homóloga diminuiu para 1,6% (1,7% em dezembro de 2012).
- * No 4.º trimestre de 2012, o PIB da União Europeia (UE) e o da área do euro (AE) diminuiu 0,6% e 0,9% em termos homólogos reais (-0,4% e -0,6%, respetivamente, no 3.º trimestre). No decurso do 4.º trimestre, os indicadores quantitativos indicam um enfraquecimento da atividade económica da área do euro, o qual se deve prolongar ao longo da primeira metade do ano de 2013. Porém, em janeiro de 2013, o indicador de sentimento económico aumentou tanto para a UE como para a AE, prosseguindo a evolução ascendente dos últimos meses, em resultado da melhoria da generalidade dos indicadores de confiança. Em dezembro de 2012, a taxa de desemprego manteve-se em 10,7% na UE e em 11,7% na AE e, a taxa de inflação homóloga da área do euro, em termos preliminares, diminuiu para 2,0% em janeiro de 2013 (2,2%, em novembro e dezembro de 2012).
- * Em fevereiro de 2013, o preço *spot* do petróleo *Brent* teve um aumento significativo, para se situar, em média, em 117 USD/bbl (87€/bbl), até ao dia 25, refletindo o aumento das tensões geopolíticas e a expectativa de uma maior procura, especialmente dos países emergentes.

Conjuntura Nacional

- * De acordo com a estimativa rápida do INE para o 4.º trimestre de 2012, o PIB terá registado uma quebra homóloga real de 3,8%, o que representa uma deterioração de 0,3 p.p. em relação ao trimestre anterior.
- * No trimestre terminado em janeiro, a confiança dos empresários da indústria, comércio, outros serviços e construção, apresentou uma ligeira melhoria face ao último trimestre do ano. De facto, o indicador de clima económico do INE estabilizou neste período.
- * No 4.º trimestre de 2012, a taxa de desemprego, segundo o INE, foi de 16,9%, valor que se situa 1,1 p.p. acima do registado no trimestre anterior. A taxa de desemprego anual foi de 15,7%, 3 p.p. acima da registada em 2011.
- * Relativamente aos Preços, a média móvel a 12 meses das taxas de variação homóloga do IHPC continua a convergir para os valores registados na área do Euro. Em janeiro, o valor registado em Portugal foi de 2,5%, enquanto o valor registado na área do euro foi de 2,4%. Ambos os valores caíram face ao apresentado no mês de dezembro de 2012 em 0,3 p.p. e em 0,1 p.p., respetivamente.
- * Em janeiro, o saldo global provisório das Administrações Públicas, na ótica da contabilidade pública, foi de 121,6M€, menos 274,9M€ que em idêntico período homólogo. Para este comportamento contribuiu o agravamento do défice do Estado (em 310,0M€), a diminuição do excedente da Segurança Social (em 87,9M€) e das Empresas Públicas Reclassificadas (em 21,6M€). O aumento do excedente dos FSA excluindo as EPR (em 88,8M€), da Administração Regional (em 61,4M€) e da Administração Local (3,3M€) compensou parcialmente aquela evolução. Em janeiro, a execução financeira consolidada¹ provisória do SNS aponta para um excedente de 67,1M€, o que compara com 9,1M€ registado no período homólogo.
- * De acordo com os dados preliminares publicados pelo Banco de Portugal, no final de 2012, a dívida pública das Administrações Públicas atingiu 203,4 mil M€, mais 18,7 mil M€ que no final de 2011.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados² apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 5,8% em 2012. Neste mesmo período, as importações decresceram 5,4%, o que levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 34,8%, correspondendo a 5.706 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações atingiu os 81,0%, mais 8,6 p.p. que no ano de 2011.
- * No ano de 2012, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, foi inferior ao crescimento das exportações totais (4,3%). As importações decresceram a uma taxa superior à registada pelas importações totais (-9,0%), o que levou a uma significativa melhoria do saldo negativo da respetiva balança comercial de 67,2%.
- * Em 2012, as exportações de mercadorias cresceram 5,8% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Energéticos” (+1,8 p.p.), das “Máquinas” (+1,4 p.p.) e dos “Minérios e Metais” (+1,1 p.p.).
- * De janeiro a dezembro de 2012, as **exportações para o mercado comunitário** cresceram, em termos homólogos, 1,0 % e contribuíram em 0,7 p.p. para o crescimento das exportações totais

¹Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

² Os dados recentemente divulgados referentes ao mês de dezembro de 2012 correspondem a uma primeira versão preliminar. Os dados divulgados para o ano de 2011 e presentes nos quadros e análise da secção 3. Comércio Internacional correspondem a uma nova versão preliminar face aos dados previamente apresentados.

de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma variação homóloga positiva de 0,7% e as exportações para os países do Alargamento 8,1 %, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 0,5 p.p. e 0,3 p.p.. Apesar da perda de importância relativa no total das exportações de mercadorias (de 24,9%, em 2011, para 22,5 % em 2012) Espanha permanece o principal mercado de destino das exportações de mercadorias. As exportações para os Países Baixos (+0,5 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações intra UE-15, seguidas das exportações para o Reino Unido (+0,4 p.p.), França e Itália (ambos com +0,3 p.p.).

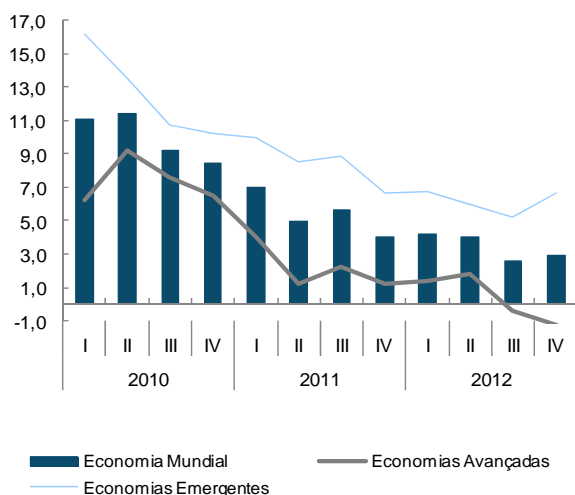
- * Em 2012, as **exportações para os Países Terceiros** registaram uma taxa de variação homóloga positiva superior à das exportações para a UE, atingindo os 19,8%, passando a representar 29,0 % do total das exportações nacionais (+3,4 p.p. face a 2011). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a China (+96,3%), Angola (+28,6%) e os EUA (+24,7%).
- * Nesse ano, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 6,2%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuaram a ser as que mais contribuem para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (+5,4 p.p.).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de novembro de 2012, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 4,5% nos primeiros onze meses de 2012. O crescimento da componente de Bens manteve uma taxa superior ao dos Serviços (6,4% e 0,3%, respetivamente). A componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das Exportações (+4,4 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No 4.º trimestre de 2012, a produção industrial mundial acelerou para 2,9% em termos homólogos (2,6% no 3.º trimestre) devido à melhoria das economias emergentes (especialmente asiáticas). Pelo contrário, a produção das economias avançadas deteriorou-se (com destaque para o Japão e a União Europeia) a qual apresentou uma taxa de variação negativa.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



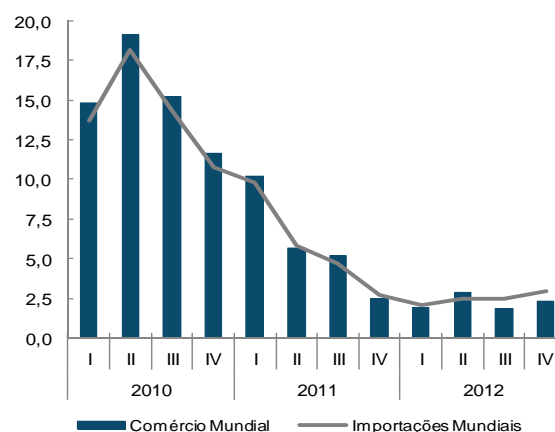
Fonte: CPB.

O comércio mundial de mercadorias também acelerou neste trimestre, abrangendo tanto as importações como as exportações mundiais de igual magnitude.

De facto, no 4.º trimestre de 2012 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial aumentou 2,3% (1,8% no 3.º trimestre);
- as importações e as exportações mundiais aceleraram para 2,9% e 1,7%, respetivamente (2,4% e 1,2%, no 3.º trimestre).

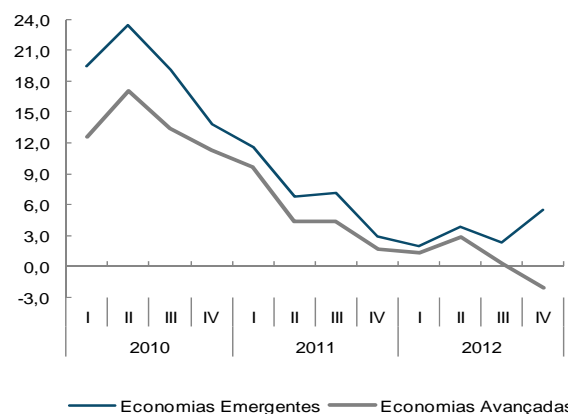
Figura 1.2. Comércio Mundial e Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

Contudo, a aceleração registada nas trocas comerciais mundiais foi apenas provocada pela melhoria do comércio internacional das economias emergentes; já que o comércio internacional de mercadorias das economias avançadas piorou, abrangendo tanto as importações como as exportações, tendo ambas apresentado uma variação negativa no Japão e na União Europeia.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

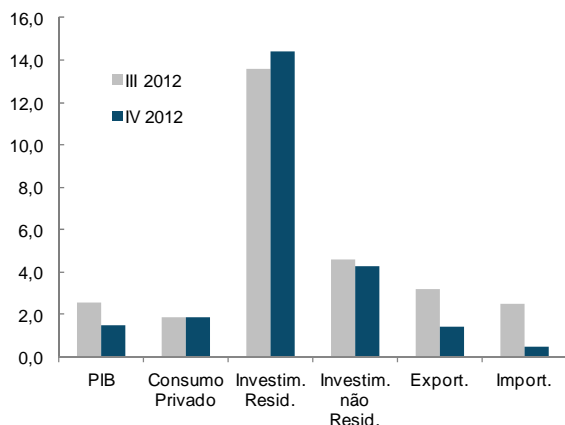
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2011	2012				2012			
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	d
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	3,4	4,1	4,2	4,0	2,6	2,9	2,0	2,8	3,2	
Economias Avançadas	VH	CPB	0,4	1,3	1,4	1,8	-0,4	-1,3	-1,3	-1,7	-1,3	
Economias Emergentes	VH	CPB	6,1	6,6	6,7	6,0	5,2	6,6	4,9	6,9	7,2	
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	2,2	2,5	1,9	2,9	1,8	2,3	2,1	2,7	2,7	
Importações Mundiais	VH	CPB	2,5	2,7	2,1	2,5	2,4	2,9	2,4	3,4	3,3	
Economias Avançadas	VH	CPB	0,0	0,9	0,5	0,8	0,1	-1,5	-0,8	-1,2	0,0	
Economias Emergentes	VH	CPB	5,3	4,7	3,8	4,4	5,0	7,8	6,0	8,4	6,8	
Exportações Mundiais	VH	CPB	2,0	2,3	1,7	3,3	1,2	1,7	1,8	2,0	2,1	
Economias Avançadas	VH	CPB	0,6	1,7	1,3	2,8	0,2	-2,1	-1,7	-1,8	-0,9	
Economias Emergentes	VH	CPB	3,4	2,9	2,0	3,8	2,3	5,5	5,3	5,9	5,2	

Atividade Económica Extra-UE

Nos **EUA**, o PIB desacelerou para 1,5% em termos homólogos reais no 4.º trimestre de 2012, influenciado pela quebra do consumo e investimento públicos e pelo abrandamento do crescimento das exportações. Pelo contrário, o consumo privado manteve um crescimento moderado, em 1,9% e, o investimento residencial reforçou-se, tendo apresentado um crescimento muito robusto.

Figura 1.4. PIB e componentes da Despesa em Volume nos EUA (VH, em %)

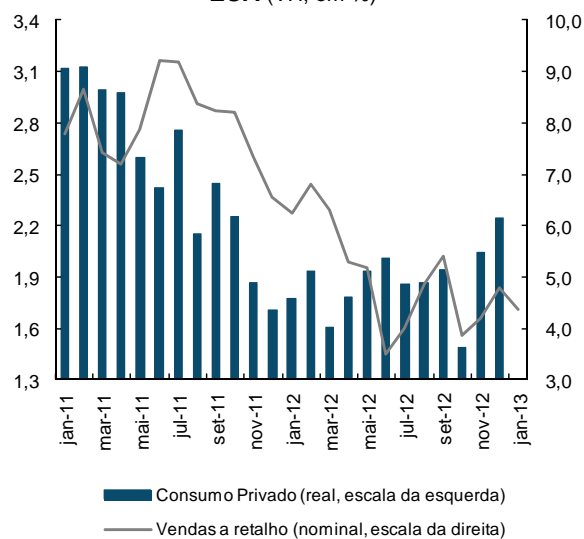


Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Os indicadores disponíveis para o início de 2013 indicam um abrandamento da atividade económica nos EUA. Assim, em janeiro de 2013 e, em termos homólogos:

- a produção industrial desacelerou para 2,1% (2,9% em dezembro de 2012) apesar do aumento do indicador de confiança dos empresários da indústria;
- as vendas a retalho abrandaram para 4,4% em termos nominais (4,8% em dezembro de 2012); embora, o indicador de confiança dos consumidores tenha evoluído favoravelmente;
- a taxa de desemprego subiu para 7,9% e a taxa de inflação diminuiu para 1,6% (1,7% em dezembro de 2012).

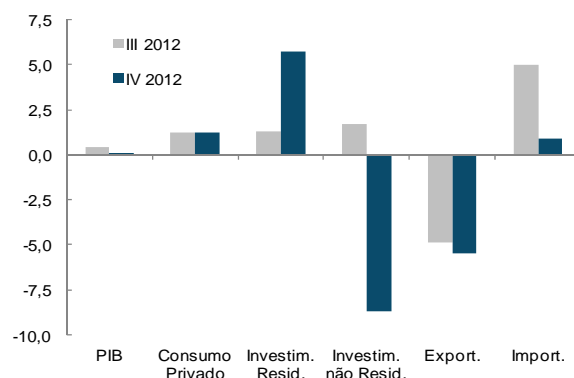
Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

No 4.º trimestre de 2012, a economia do **Japão** abrandou, tendo o PIB desacelerado para 0,1% em termos homólogos reais (0,4% no 3.º trimestre), tendência que abrangeu a generalidade dos indicadores, com exceção do investimento privado residencial e do consumo e investimento público. As exportações diminuíram 5,5% em termos homólogos (-4,9% no trimestre precedente), traduzindo o impacto do abrandamento da economia mundial e os efeitos negativos das tensões existentes com a China.

Figura 1.6. PIB e componentes da Despesa em Volume no Japão (VH, em %)



Fonte: Instituto de Estatística do Japão.

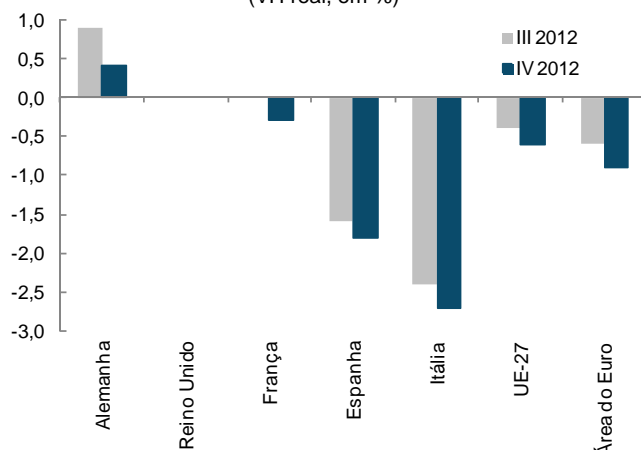
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012					2012		
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez
EUA – PIB real	VH	BEA	2,2	2,0	2,4	2,1	2,6	1,5	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	3,8	4,1	4,5	4,8	3,4	2,8	2,2	3,3	2,9
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	51,7	52,2	53,0	52,3	50,9	50,6	51,7	49,9	50,2
Índice ISM dos Serviços	%	"	57,7	55,5	59,1	54,5	57,6	59,5	56,8	60,9	60,8
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	76,5	64,8	75,5	76,3	75,0	79,4	82,6	82,7	72,9
Taxa de Desemprego	%	BLS	8,1	8,7	8,3	8,2	8,0	7,8	7,9	7,8	7,8
China – PIB real	VH	NBSC	7,8	8,9	8,1	7,6	7,4	7,9	-	-	-
Exportações	VH	MC	7,9	14,3	8,9	10,4	4,5	9,5	11,6	2,9	14,1
Japão – PIB real	VH	COGJ	1,9	-0,1	3,3	3,9	0,4	0,1	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 4.º trimestre de 2012, o PIB da União Europeia (UE) e o da área do euro (AE) diminuiu 0,6% e 0,9% em termos homólogos reais (-0,4% e -0,6%, respetivamente, no 3.º trimestre). De entre as principais economias, destaca-se o abrandamento registado na Alemanha e uma variação negativa registada em França, Itália, Espanha e Países Baixos. O PIB do Reino Unido manteve um crescimento nulo.

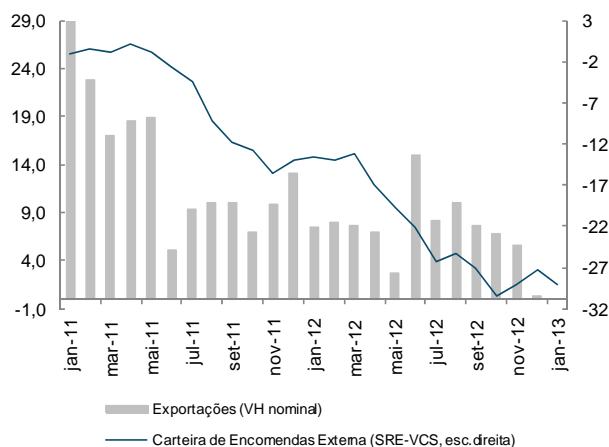
Figura 1.7. PIB da União Europeia
(VH real, em %)



Fonte: Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro no decurso do 4.º trimestre de 2012 indicam um enfraquecimento da atividade económica.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2011					2012			2013
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	-0,3	0,8	0,1	-0,3	-0,4	-0,6	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	90,7	93,3	94,1	92,2	88,1	88,3	86,9	88,9	89,2	90,6
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	-0,5	0,6	-0,1	-0,5	-0,6	-0,9	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	90,2	94,3	94,9	91,9	87,2	86,5	85,2	86,6	87,8	89,2
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-2,3	-0,2	-1,6	-2,2	-2,4	-3,2	-3,4	-3,9	-2,3	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-1,7	-1,1	-1,2	-1,4	-1,5	-2,7	-2,6	-2,3	-3,0	:
Taxa de Desemprego	%	"	11,4	10,6	10,9	11,3	11,5	11,7	11,7	11,7	11,7	:
IHPC	VH	"	2,5	2,9	2,7	2,5	2,5	2,3	2,5	2,2	2,2	2,0*

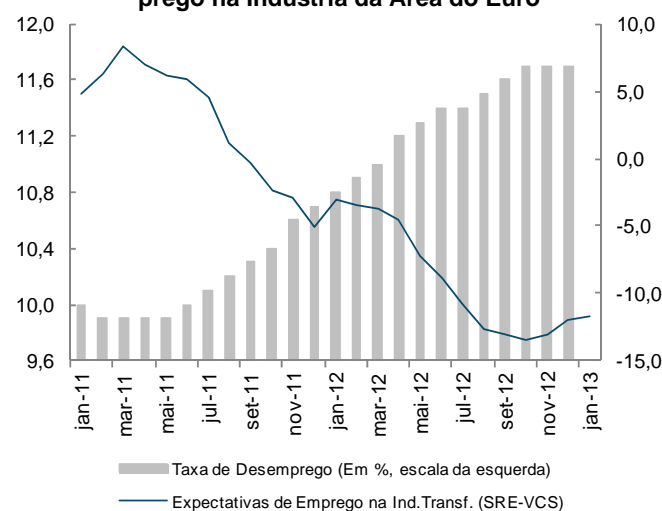
* Estimativa preliminar.

Em janeiro de 2013, o indicador de sentimento económico aumentou tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE), prosseguindo a evolução ascendente registada desde o mês de novembro de 2012, em resultado da melhoria de todos os indicadores de confiança, com exceção da indústria para a UE.

No 4.º trimestre de 2012, a taxa de desemprego subiu tanto na UE como na AE, para 10,7% e 11,7%, respetivamente (10,5% e 11,5%, no 3.º trimestre), em linha, com o registado no conjunto do ano de 2012, para 10,5% e 11,4%, designadamente.

Contudo, em janeiro de 2013, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para todos os setores da atividade económica (indústria transformadora, serviços, comércio a retalho e construção).

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



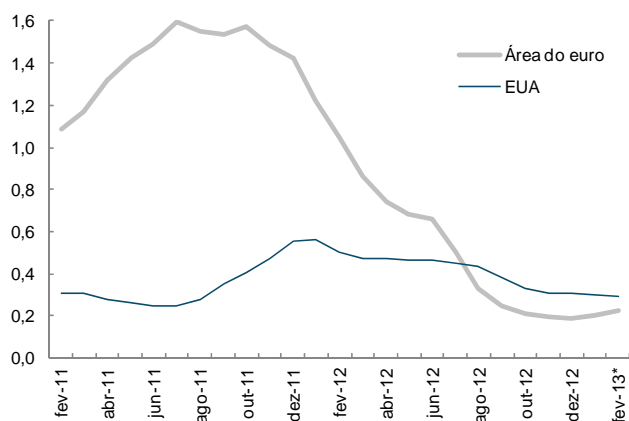
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em janeiro de 2013 e, em termos preliminares, a taxa de inflação homóloga da área do euro diminuiu para 2,0% (2,2%, em novembro e dezembro de 2012) devido sobretudo à desaceleração dos preços de energia.

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em fevereiro de 2013 e até ao dia 25, as taxas de juro de curto prazo subiram ligeiramente para a área do euro; enquanto evoluíram no sentido descendente para os EUA. Com efeito, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,23% (0,20%, em janeiro) e a dos EUA em 0,29% (0,30% em janeiro).

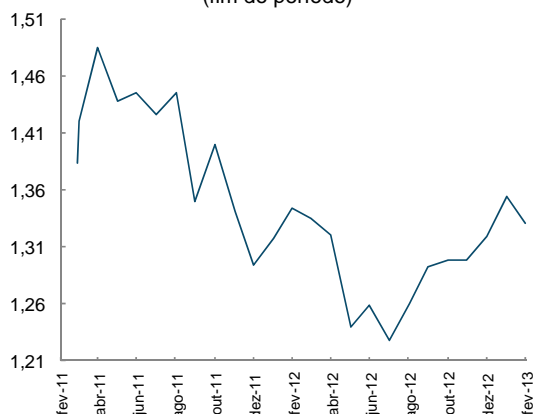
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 25.

Em janeiro de 2013, as taxas de juro de longo prazo diminuíram ligeiramente na área do euro; enquanto aumentaram nos EUA. O sentimento positivo dos mercados financeiros no início do ano refletiu, por um lado, o acordo temporário do plafonamento da dívida pública dos EUA e os reembolsos antecipados de fundos dos bancos ao BCE, cedidos por este, há um ano atrás.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. Para fevereiro, o valor é do dia 25.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

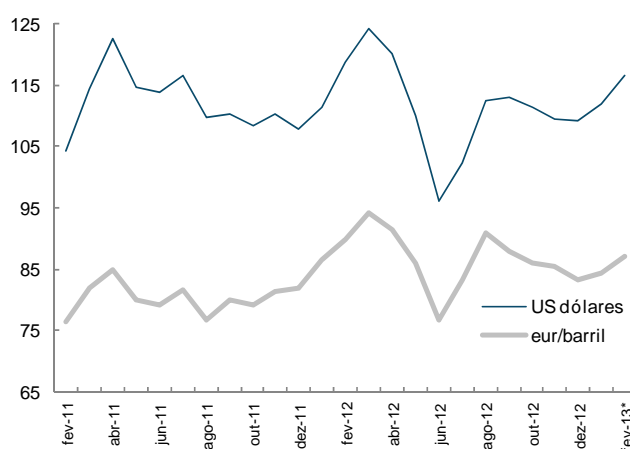
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2011					2012			2013
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	0,19	1,36	0,78	0,66	0,22	0,19	0,20	0,19	0,19	0,23
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	1,80	2,05	2,04	1,82	1,64	1,71	1,75	1,65	1,72	1,91
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,02	4,53	4,39	4,27	3,99	3,41	3,57	3,47	3,18	3,11
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,319	1,294	1,336	1,259	1,293	1,319	1,30	1,30	1,32	1,36
Dow Jones*	VC	Yahoo	7,3	12,0	8,1	-2,5	4,3	-2,5	-2,5	-0,5	0,6	5,8
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	13,8	6,3	6,9	-8,6	8,4	7,4	2,0	2,9	2,4	2,5
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	111,58	108,94	118,21	108,78	109,31	110,01	111,44	109,41	109,18	112,07
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	0,7	24,9	12,4	-7,1	-2,6	1,0	2,7	-1,0	1,2	0,5
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	9,0	25,8	17,3	4,2	10,0	4,9	8,52	4,73	1,64	-2,41
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	86,8	81,6	88,4	88,3	84,7	85,7	86,2	86,2	84,7	84,2

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent de 2009 a 2013 corresponde à média diária do IGCP.

Após ter atingido no início do mês de fevereiro o valor mais alto desde meados de novembro de 2011, a taxa de câmbio do euro face ao dólar tem vindo a depreciar-se, situando-se, no dia 25, em 1,33 (1,36 no final de janeiro).

Em janeiro de 2013, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado desceu para 84,2 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em fevereiro de 2013, e até dia 25, o preço do petróleo Brent subiu significativamente para se situar, em média, em 117 USD/bbl (87 €/bbl), refletindo o aumento das tensões geopolíticas e a expectativa de uma maior procura, especialmente por parte dos países emergentes.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 25.

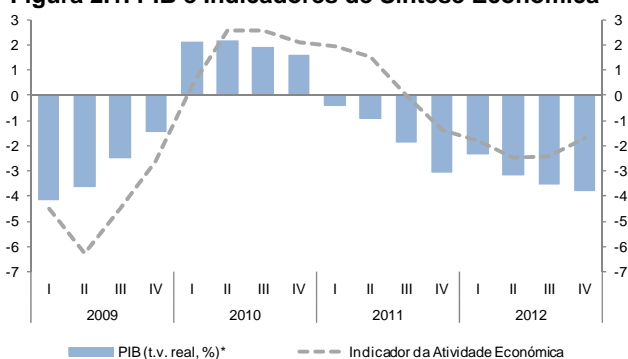
Em janeiro de 2013, o preço das matérias-primas não energéticas desacelerou, tendo aumentado 4,1% em termos homólogos (4,7% em dezembro de 2012). Esta evolução foi extensível a todos os bens, embora a descida tenha sido mais significativa para os produtos agrícolas.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

No 4.º trimestre de 2012, e de acordo com a estimativa rápida do INE, o PIB terá registado uma quebra homóloga de -3,8% em volume, o que representa uma deterioração de 0,3 p.p. em relação ao trimestre anterior. Em termos anuais, em 2012, o PIB terá diminuído 3,2%, depois de em 2011 ter apresentado um decréscimo de 1,6%. Esta evolução é resultado de uma redução do contributo da procura externa líquida, ao mesmo tempo que a procura interna teve um comportamento menos negativo.

Figura 2.1. PIB e Indicadores de Síntese Económica



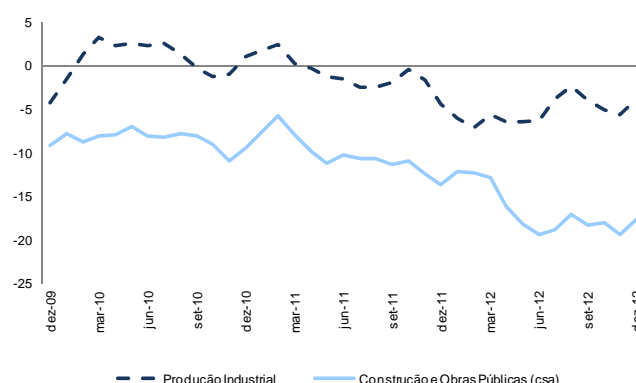
* 4.º Trimestre 2012 - Estimativa Rápida CNT INE.

Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis para o 4.º trimestre de 2012, indicam que:

- na indústria transformadora, os índices de produção e de volume de negócios melhoraram face ao 3.º trimestre, (-3,8% e -3,6% que comparam com -4,2% e -5,3% no trimestre anterior respetivamente);
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou uma quebra de 17,7% o que se traduz numa melhoria de 1,7 p.p. em relação ao 3.º trimestre;
- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou uma diminuição de 8,6%, melhorando 1,5 p.p. em relação ao 3.º trimestre, enquanto o índice do comércio a retalho caiu 6,5% (no 3.º trimestre este tinha-se situado nos 5,6%).

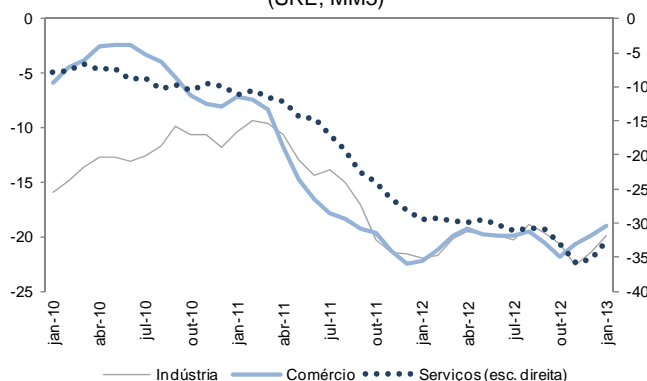
Figura 2.2. Índices de Produção (MM3, VH, %)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em janeiro, os indicadores de confiança na generalidade dos setores apresentaram comportamentos positivos.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

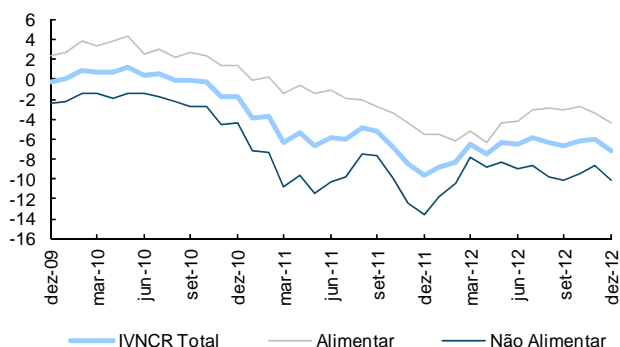
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2011	2012				2012				2013
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez	jan
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	:	-3,1	-2,3	-3,1	-3,5	:	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-4,0	-3,3	-4,1	-3,9	-3,6	-4,2	-3,6	-4,0	-4,3	-4,4	-4,3
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-20,3	-21,6	-20,2	-19,9	-19,6	-21,4	-21,6	-23,2	-22,9	-18,2	-18,6
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-20,1	-22,4	-19,9	-19,9	-20,5	-19,9	-22,2	-22,7	-17,3	-19,7	-19,9
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-31,5	-28,1	-29,6	-30,3	-31,0	-35,2	-33,9	-38,5	-35,3	-31,9	-31,0
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-70,4	-65,3	-68,8	-71,5	-70,5	-70,7	-71,8	-74,1	-70,6	-67,5	-68,2
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-5,0	-4,8	-5,5	-6,4	-4,2	-3,8	-9,0	-3,3	-3,9	-4,2	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-3,2	0,0	0,5	-4,3	-5,3	-3,6	-9,7	3,0	-6,9	-7,1	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-9,7	-12,8	-9,0	-11,0	-10,1	-8,6	-12,6	-4,8	-8,2	-12,5	:

Consumo Privado

No 4.º trimestre de 2012, a taxa de variação homóloga do índice do volume de negócios no comércio a retalho (IVNCR) caiu 1,2 p.p. relativamente ao trimestre terminado em novembro, situando-se em -7,2 %.

Esta diminuição foi devida tanto à quebra do sector alimentar como à quebra do não alimentar. Assim, neste trimestre e em termos homólogos, os bens alimentares e não alimentares registaram diminuições de 4,3 % e 10,1%, respetivamente, (1,1 p.p. e 1,4 p.p., abaixo do valor registado em novembro, respetivamente)

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)



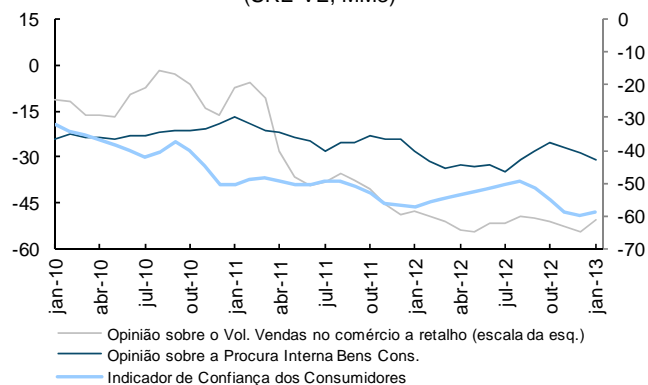
Fonte: INE.

No trimestre terminado em janeiro, o Indicador de Confiança dos Consumidores, apresentou uma melhoria face ao 4.º trimestre de 2012. Esta melhoria foi registada em todas as componentes do indicador.

A opinião dos empresários relativamente ao volume de vendas no comércio a retalho apresentou, também, uma melhoria da sua média móvel a três meses.

Contrariando a tendência dos outros indicadores está a opinião dos empresários sobre a procura interna por bens de consumo, o qual continua a sua marcha descendente que vem desde outubro de 2012.

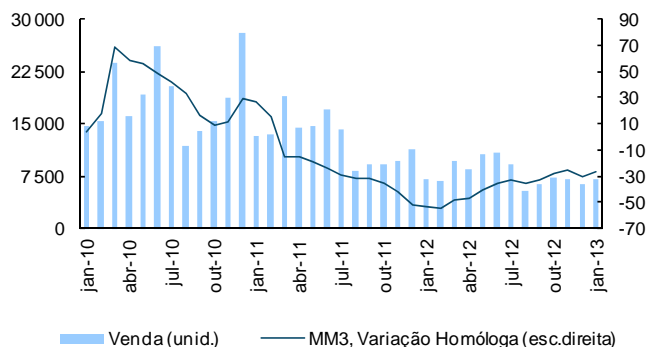
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

O número de automóveis vendidos em janeiro foi 7 007, isto é, mais 665 que em dezembro do ano passado. As vendas de automóveis ligeiros têm vindo a estabilizar, recuperando das fortes quebras registadas em 2012. De facto, em janeiro registou-se uma variação homóloga positiva (+0,7%), o que não acontecia desde dezembro de 2010.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2011	2012					2012			
				T4	T1	T2	T3	T4	set	out	nov	dez	
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-28,7	-6,5	-5,5	-5,8	-6,0	:	-	-	-	-	
Indicador de confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-52,2	-56,8	-54,5	-51,5	-51,4	-59,8	-56,0	-61,1	-59,8	-58,4	
Volume de Vendas no Comércio a Retalho*	VH	"	-51,7	-48,7	-50,8	-51,7	-49,7	-54,5	-49,4	-54,1	-55,3	-54,1	
Índice de Vol. De negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-6,7	-9,7	-6,5	-6,6	-6,6	-7,2	-6,1	-6,5	-5,3	-9,7	
Bens Alimentares	VH	"	-4,2	-5,5	-5,2	-4,2	-3,0	-4,3	-2,9	-4,3	-2,6	-5,9	
Bens não alimentares	VH	"	-9,3	-13,7	-7,9	-9,0	-10,1	-10,1	-9,2	-8,9	-8,0	-13,5	
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-37,9	-51,7	-48,4	-35,5	-33,4	-30,3	-30,9	-19,2	-25,4	-43,6	
Importação de Bens de Consumo ***	VH	INE	-6,0	-5,2	-6,1	-5,3	-7,6	-5,1	-13,1	3,2	-5,3	-13,2	

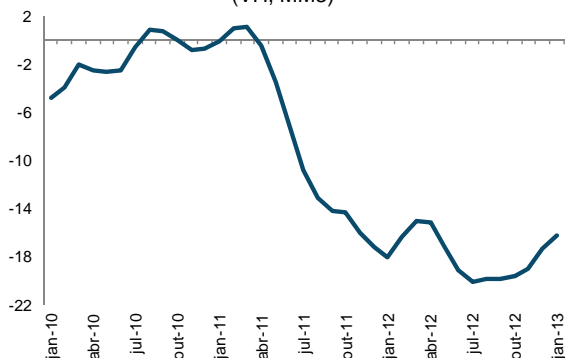
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos To do-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Em janeiro e em termos homólogos, verificou-se que:

- as vendas de cimento apresentaram quebras superiores ao 4.º trimestre de 2012 (-33,6% face a -29,1%). Face a dezembro regista-se um agravar de 4,5 p.p.;
- as vendas de veículos comerciais ligeiros desceram 53,8% em termos homólogos, o que se compara com os 52,5% do último trimestre de 2012;
- o indicador do volume de vendas de bens de investimento para o mercado nacional registou uma melhoria face ao trimestre terminado em dezembro.

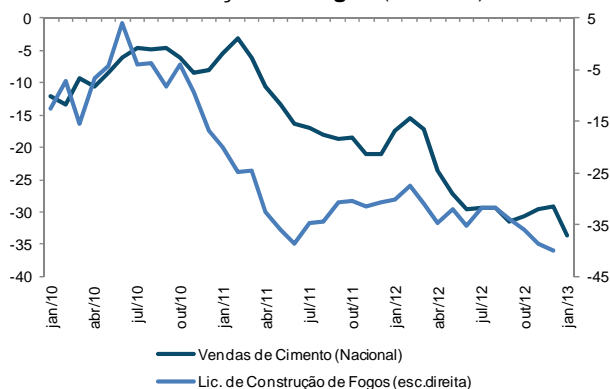
Figura 2.7. Indicador Coincidente de FBCF
(VH, MM3)



Fonte: GPEARI.

O indicador coincidente de FBCF do GPEARI registou uma melhoria no trimestre terminado em janeiro de 2013, em linha com o que se verificara no trimestre anterior. A melhoria das opiniões dos empresários quanto ao volume de vendas de bens de capital de comércio por grosso contribuiu para este efeito.

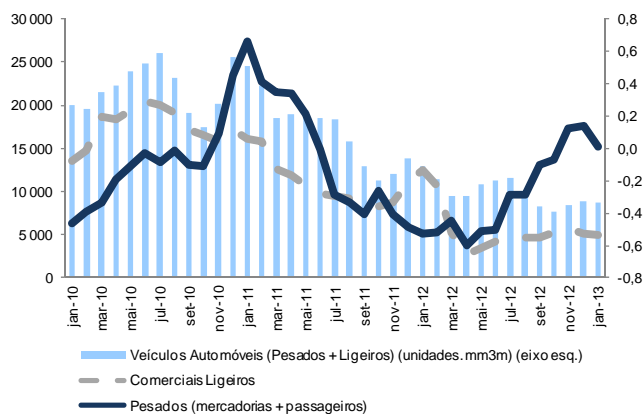
Figura 2.8 Vendas de Cimento e Licenças de Construção de Fogos (VH, MM3)



Fonte: INE, Cimpor, Secil.

No 4.º trimestre as licenças de construção de fogos evoluíram de forma mais negativa (-39,9%). A venda de veículos comerciais ligeiros também se deteriorou em termos homólogos apesar de assistir a uma ligeira recuperação no número de unidades vendidas quando comparado com o restante ano.

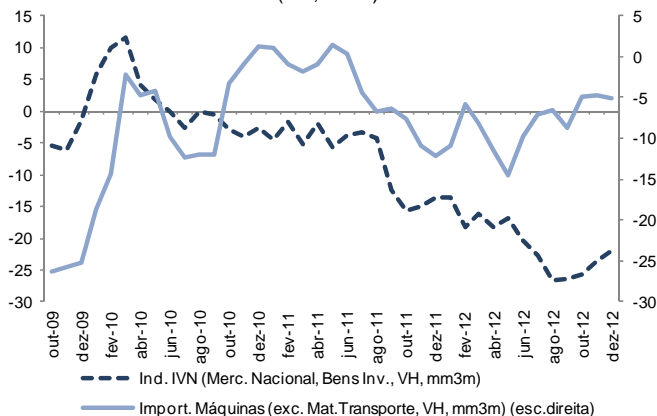
Figura 2.9. Venda de Veículos Automóveis
(VH, MM3)



Fonte: ACAP.

Também no 4.º trimestre, o Índice de Volume de Negócios na Indústria (Mercado Nacional) na sua componente de Bens de Investimento, registou uma deterioração de 22%. As importações de máquinas, exceto material de transporte, desceram -5,2% (valor inferior aos -8,7% registados no 3.º trimestre).

Figura 2.10. Bens de Investimento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

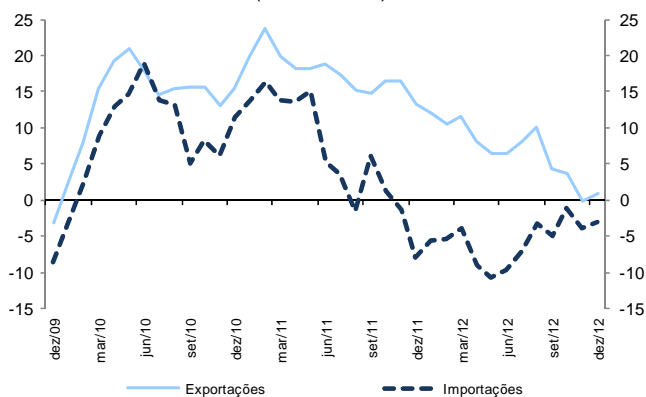
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2011				2012				2013			
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez	jan		
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	-24,2	-24,2	-15,1	-20,8	-14,2	-14,2	-17,2	-16,7	-16,3	-16,6	-16,6	-16,6	-16,6
da qual, FBCF	VH Real	INE	-15,9	-15,9	-13,0	-17,4	-14,2	-14,2	-17,2	-16,7	-16,3	-16,6	-16,6	-16,6	
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	-16,2	-14,1	-13,6	-17,5	-17,2	-16,6	-17,2	-16,7	-16,3	-16,6	-16,6	-16,6	
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-26,7	-21,1	-17,1	-29,7	-31,5	-29,1	-36,4	-24,7	-27,1	-37,3	-37,0	-37,0	
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-54,2	-20,9	-52,2	-57,4	-55,5	-52,5	-54,1	-45,2	-49,9	-57,0	-51,3		
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-29,1	-48,6	-52,4	-51,4	-5,8	22,7	16,0	5,9	44,4	28,3	-14,6		
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-45,0	-56,6	-47,2	-45,3	-40,1	-47,5	-44,0	-44,9	-49,0	-48,6	-18,3		
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-34,7	-30,6	-31,0	-35,1	-33,8	-39,9	-49,2	-32,0	-33,0	-53,6	-		
Importações de Bens de Capital**	VH	"	-6,4	-15,5	-6,3	-8,5	-8,6	-2,2	-4,8	4,8	-3,6	-7,3	-		
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-21,2	-13,5	-16,2	-20,4	-26,4	-22,0	-20,6	-26,6	-23,6	-16,5	-		

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional.

Contas Externas

De acordo com os dados preliminares relativos ao comércio internacional de bens divulgados pelo INE no mês de dezembro assistiu-se a uma diminuição dos fluxos em termos homólogos nominais das exportações e das importações de bens em -3,2% e -7,9% respetivamente. No 4.º trimestre, em termos homólogos registou-se um abrandamento das exportações em 1% e uma redução menos acentuada das importações de 3%.

Figura 2.11. Fluxos do Comércio Internacional (VH, MM3, %)

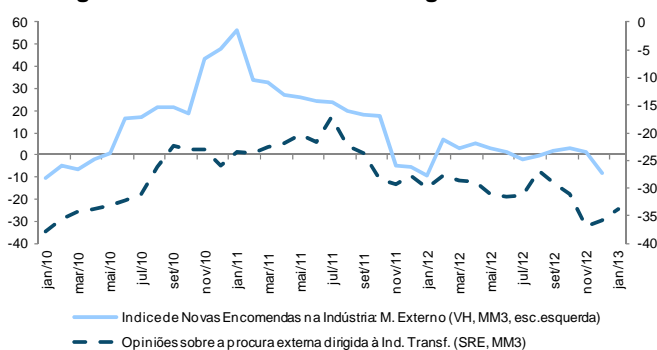


Fonte: INE.

Para este comportamento contribuiu o comércio extracomunitário, em 3% do lado das importações e 10% do lado das exportações. Em termos acumulados registou-se uma taxa de cobertura de 81%,

No trimestre terminado em dezembro, o índice de novas encomendas à indústria do mercado externo desacelerou fortemente em -8,4%. As opiniões sobre a procura externa na indústria voltaram a degradar-se em janeiro, apesar de a um ritmo ligeiramente menos intenso do que em dezembro.

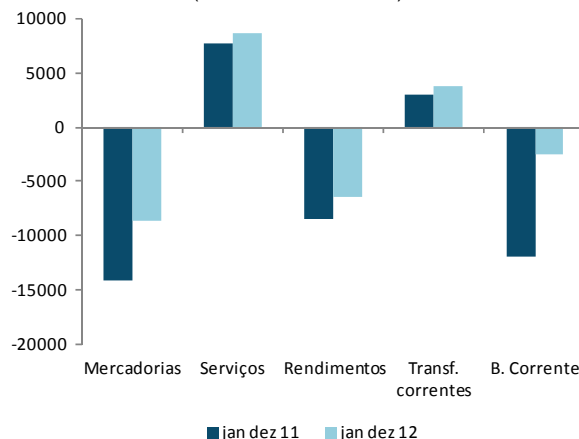
Figura 2.12. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Em 2012, o défice acumulado da balança corrente foi de 2.557M€ uma melhoria de 9.426M€ face a igual período de 2011. Este resultado traduz uma melhoria em todos os saldos, sendo de destacar a melhoria do saldo da balança de mercadorias em 5.623M€

Figura 2.13. Balança Corrente: composição do saldo (em milhões de euros)



Fonte: INE.

O Saldo da balança corrente e de capital tornou-se positivo, uma melhoria de 11.172M€ que se traduz numa capacidade de financiamento da economia. Esta melhoria traduz o diferencial de 9.426M€ da Balança Corrente e de 1.747M€ da Balança de Capital.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2012	2011					2012			
					4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	7,2	:	6,2	8,2	3,7	1,7	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	-5,9	:	-13,4	-5,4	-10,8	-8,2	:	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	%PIB	"	-4,4	:	-1,5	-1,7	0,1	-0,2	:	:	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	%PIB	"	0,0	:	0,0	0,0	0,0	0,0	:	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	16,6	5,8	13,3	11,5	6,5	4,4	1,0	-6,1	5,6	-0,1	-3,2
Entradas de mercadorias	VH nom	"	3,8	-5,4	-8,0	-3,9	-9,6	-5,0	-3,0	-9,7	4,8	-6,2	-7,9

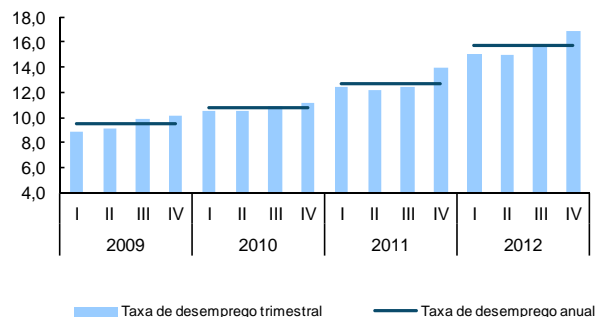
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011	2011		2012		Var. Acumulada
					dez	jan dez 11	dez	jan dez 12	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-16 328	-9 859	-281	-9 859	449	1349	11 172
Saldo Balança de Bens	"	"	-19 186	-14 205	-1021	-14 205	-820	-8 582	5 623
Saldo Balança de Serviços	"	"	6 661	7 697	637	7 697	780	8 693	996
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7 939	-8 464	-632	-8 464	-323	-6 422	2 042
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 195	2 990	131	2 990	169	3 755	765

* valores preliminares divulgados pelo INE no âmbito do SDDS.

Mercado de Trabalho

No 4.º trimestre de 2012, e segundo dados do INE, a taxa de desemprego situou-se nos 16,9 %, levando a que a taxa de desemprego anual tenha sido de 15,7 %.

Figura 2.14. Desemprego (%)



Fonte: INE.

Ainda, segundo o INE, o emprego total registou uma quebra de 4,3% no 4.º trimestre. A quebra no ano de 2012 foi de 4,2%.

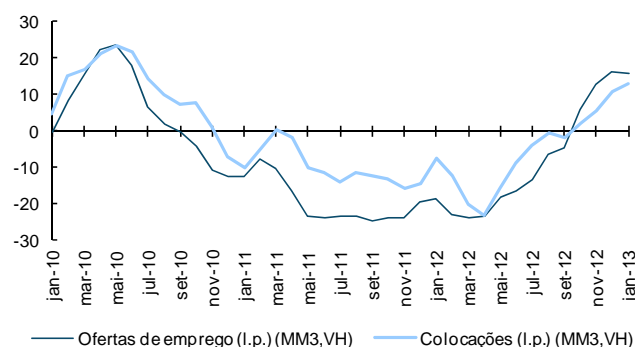
Segundo dados do IEFP, houve, em janeiro, um acréscimo de cerca de 102 mil desempregados registados nos centros de emprego relativamente a janeiro de 2012 e de 29 mil desempregados face a dezembro de 2012.

O número de novos desempregados subiu em cerca de 20 mil em janeiro face a dezembro de 2012,.

O número de ofertas de emprego recebidas no decurso do mês de janeiro registou um aumento de 24% face ao período homólogo. Em termos absolutos, o número de ofertas de emprego existentes no final de janeiro foi de 8,6 mil, um valor maior tanto relativamente ao mês anterior (5,9 mil) como relativamente ao período homólogo, no qual houve cerca de 6,9 mil ofertas.

Em janeiro houve mais 2 707 ofertas de trabalho que no mês de dezembro de 2012. Analisando a variação homóloga da média móvel a três meses houve, apesar disso, uma desaceleração nas ofertas, situando-se a taxa de crescimento homólogo em 15,7%, 0,5 p.p. abaixo do verificado no 4.º trimestre de 2012.

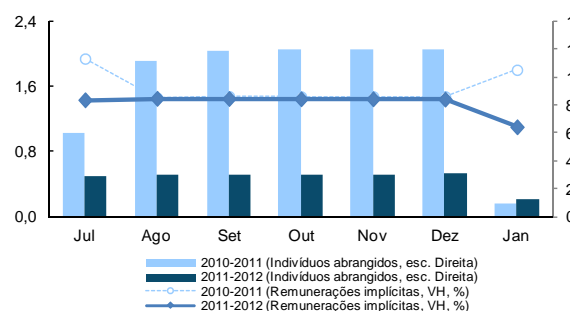
Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Registaram-se 5,1 mil colocações ao longo de janeiro, um acréscimo de 900 indivíduos ao mês homólogo de 2012

Figura 2.16. Contratação Coletiva



Fonte: MEE.

O número de trabalhadores abrangidos por IRCT em janeiro situou-se em 120,8 mil trabalhadores, valor acima do registado em janeiro de 2012, o qual foi de cerca de 92 mil. A variação média anual da remuneração implícita convencionalizada pelos instrumentos de regulamentação coletiva (IRCT) observada em janeiro caiu para 1,1 %.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2011		2012				2012			
				T3	T4	T1	T2	T3	T4	set	out	nov	dez
Taxa de desemprego	%	INE	15,7	12,4	14,0	14,9	15,0	15,8	16,9	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-4,2	-2,2	-4,3	-4,2	-4,2	-4,1	-4,3	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	17,4	-0,3	11,7	19,8	24,5	23,4	17,4	23,4	22,5	19,6	17,4
Desempregados Inscritos (I.p.)	VH	"	8,5	10,7	25,3	19,8	14,7	4,3	-1,3	-7,1	9,0	1,7	-15,6
Ofertas de Emprego (I.p.)	VH	"	-8,8	-24,5	-19,6	-23,6	-16,4	-4,8	16,2	-3,5	25,1	22,3	-1,8
Contratação Coletiva	VHA	MEE	1,4	1,5	1,5	1,6	1,6	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4
Índice do Custo do Trabalho* - Portugal	VH	INE	-12,0	-1,5	-6,5	-7,6	-10,4	-14,2	-15,0	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* - AE	VH	Eurostat	:	2,5	2,8	1,6	2,4	2,4	:	-	-	-	-

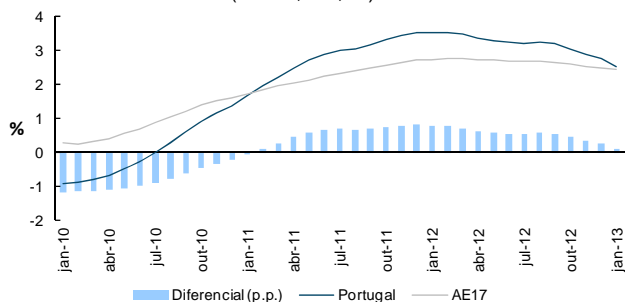
*Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividade; f.p. - no fim do período do; I.p. ao longo do período.

Preços

No mês de janeiro a taxa de variação homóloga da média móvel a 12 meses do IHPC em Portugal foi de 2,5 %, situando-se 0,1 p.p. acima da verificada na Área do Euro.

O indicador voltou a convergir para os valores registados na Área do Euro, mantendo a tendência que vem desde o início de 2012.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IHPC (MM12, VH, %)



Fonte: INE.

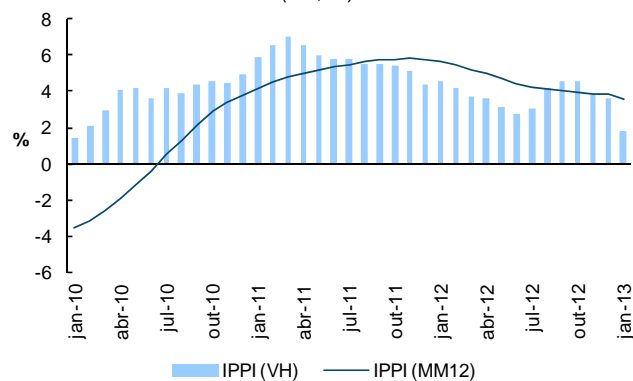
Os preços dos bens e dos serviços apresentaram em janeiro variações homólogas de -0,4 % e 1 %, respetivamente.

A variação do IPC subjacente, isto é, do IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos, foi de -0,3% (1 p.p. abaixo do valor do mês anterior). O diferencial entre o IPC total e o subjacente situou-se em 0,5 p.p., este mês.

Olhando para as categorias do IPC, constata-se que as que registaram maiores quebras foram as classes do Vestuário e Calçado e a da Saúde, com diminuições de 5,2 e 3%, respetivamente. Já as que tiveram maiores aumentos de preços foram as classes das Bebidas Alcoólicas e Tabaco e a da Habitação, Água, Eletricidade, Gás e Outros Combustíveis, com crescimentos de 5 e 3,6%, respetivamente.

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou em janeiro uma variação homóloga de 1,9% (1,7 p.p. abaixo do mês anterior).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI (VH, %)



Fonte: INE

Para a variação do IPPI contribuiu o aumento registado nas classes de Eletricidade, Água, Gás, Vapor, Ar Quente e Ar Frio, bem como na Energia, os quais foram de 6,6 e 3,2 %, respetivamente. As rubricas que apresentaram variação negativa foram as dos Bens de Consumo Duradouros e da Indústria Extrativa, com quedas de 1,3 e 0,6 %, respetivamente.

Nota:

Devido à mudança de metodologia usada pelo INE para o cálculo do IPC, a qual levou a uma quebra de série, por uma questão de comparabilidade foi dada preferência à utilização da taxa de variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

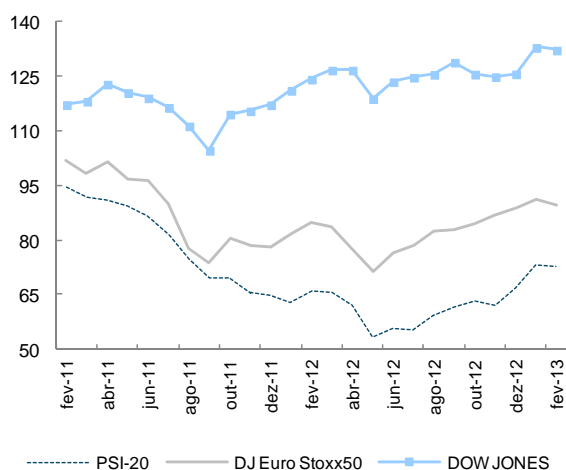
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012								
				mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	0,2	-0,4	-0,2	0,0	-0,1	0,6	0,3	-0,3	0,0	2
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	2,8	2,7	2,7	2,8	3,1	2,9	2,1	1,9	1,9	.
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	3,3	3,4	3,3	3,3	3,3	3,3	3,1	2,9	2,8	.
IPC - Bens	VH	"	2,5	2,4	2,4	2,5	3,0	2,6	1,6	1,2	1,2	.
IPC - Serviços	"	"	3,1	3,2	3,2	3,2	3,2	3,4	3,0	3,0	3,0	.
IPC Subjacente*	"	"	1,5	1,6	1,5	1,3	1,4	1,1	1,1	1,2	1,3	.
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	3,8	3,2	2,7	3,0	4,2	4,5	4,6	3,8	3,6	.
IHPC	"	"	2,8	2,7	2,7	2,8	3,2	2,9	2,1	1,9	2,1	.
Diferencial IHPC vs. Área Euro (VH)	p.p.	Eurostat	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,3	-0,3	-0,3	-0,1	.

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Após uma evolução favorável dos índices bolsistas internacionais registado no início de 2013, assistiu-se, no período mais recente a uma inversão desta tendência, a qual foi mais acentuada para a área do euro. Esta situação deveu-se sobretudo ao aumento da incerteza acerca das perspetivas económicas mundiais, particularmente da área do euro. Assim, em fevereiro de 2013 e, no dia 25, face ao final do mês de janeiro, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* diminuíram quase 2% e 0,6%, respetivamente.

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(dezembro 2009=100, fim do período)

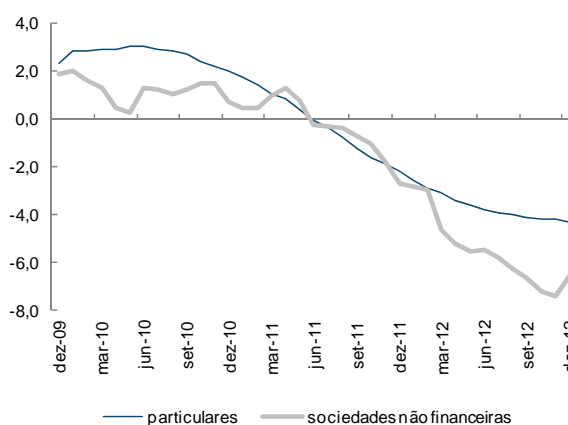


Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para fevereiro o valor é do dia 25.

À semelhança da evolução dos índices bolsistas internacionais, o índice PSI-20 também caiu ligeiramente. De facto, em fevereiro de 2013 e, no dia 25, o índice PSI-20 desceu 0,6% face ao final do mês de janeiro.

Em dezembro de 2012, a taxa de variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro, apesar de ter continuado a ser negativa, registou uma ligeira melhoria face aos meses precedentes. Esta evolução foi devido a uma diminuição menos pronunciada do crédito atribuído às empresas não financeiras.

Figura 2.20. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

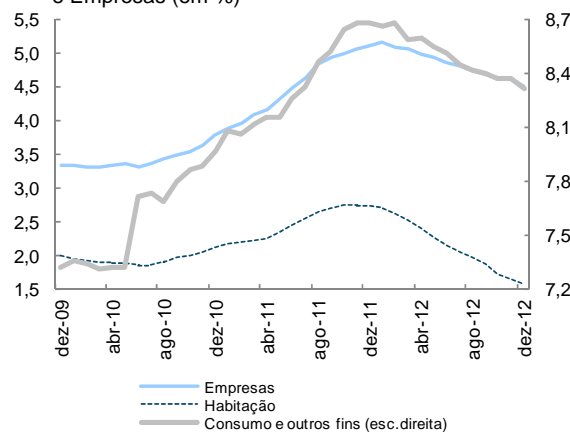


Fonte: Banco de Portugal.

Já em relação ao crédito destinado aos particulares, os empréstimos desaceleraram para todos os segmentos, com exceção do destinado para outros fins, o qual apresentou uma quebra menos significativa. O crédito ao consumo foi o que mais desacelerou, o qual apresentou uma variação negativa de 9,4% em dezembro de 2012 (-8,8% em novembro).

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram tanto para as empresas como para os particulares, tendo a redução sido mais significativa para os empréstimos à habitação, cuja taxa de juro se situou, em 1,59% em dezembro de 2012 (-114 p.b. face a dezembro de 2011).

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

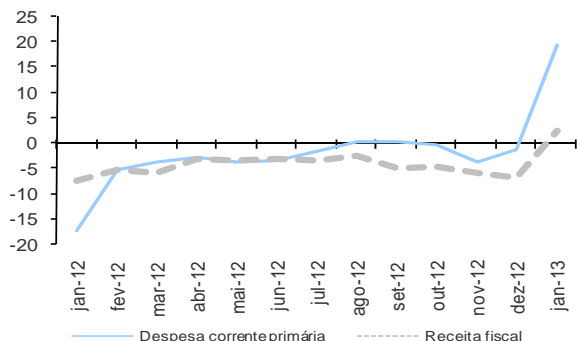
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012												2013
				mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan				
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	6,9	11,7	9,9	11,0	9,3	8,8	8,3	7,7	6,9	6,1				
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	556	1033	840	958	786	735	687	631	556	442				
PSI 20*	VC	CMVM	2,9	-13,8	4,1	-0,2	6,6	4,1	2,9	-1,9	7,6	9,7				
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-3,6	-2,9	-3,0	-3,1	-3,2	-3,3	-3,4	-3,5	-3,6	:				
- para consumo	va**	"	-9,4	-8,6	-9,0	-9,1	-9,2	-9,5	-9,7	-8,8	-9,4	:				
Empréstimos a empresas	va**	"	-6,5	-5,5	-5,5	-5,8	-6,2	-6,6	-7,2	-7,4	-6,5	:				
Taxa de Juro de empréstimos p/habitação*	%	"	1,59	2,27	2,16	2,06	1,97	1,87	1,74	1,66	1,59	:				
Taxa de Juro de empréstimos p/empresas*	%	"	4,51	4,92	4,86	4,81	4,73	4,67	4,62	4,60	4,51	:				

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Em janeiro, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 736,6M€, o que representa uma deterioração de 319M€ face ao período homólogo. O défice primário foi de 630,8M€, agravando-se 337,5M€ face ao ano anterior.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



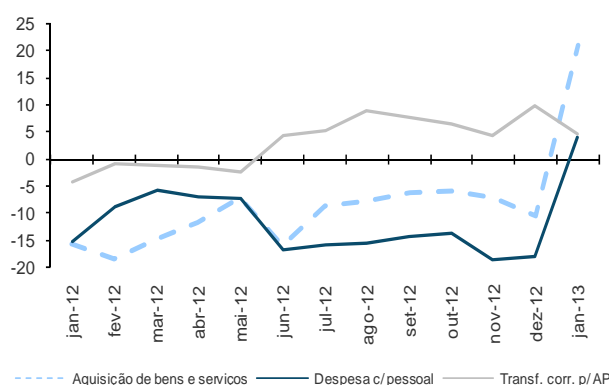
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face a 2012, caracterizou-se por:

- um aumento da receita fiscal em 2,4%, justificada, essencialmente, pelo crescimento do IRS (8,4%), apesar de não refletir ainda na íntegra a atualização das tabelas de retenção na fonte, do IRC (54,9%), explicada pelo aumento, em dezembro, da taxa liberatória sobre o rendimento de capitais, e do imposto sobre o tabaco (10,9%). Em sentido contrário, salienta-se o decréscimo do IVA (-4,0%), em consequência da redução das importações no último trimestre de 2012 e do aumento dos reembolsos, do imposto sobre veículos (-51,5%) e do imposto de selo (-11,8%). A receita não fiscal registou um crescimento de 1,5%, refletindo essencialmente o pagamento da primeira parcela anual da receita proveniente do leilão de frequências 4G no montante de 20M€ e igualmente das transferências correntes; e

- um crescimento da despesa total em 11,4% e da despesa primária em 12,4%. A evolução da despesa foi condicionada pela antecipação da transferência de fevereiro para a UE, pelo aumento da transferência para a Segurança social (que inclui uma componente extraordinária destinada ao equilíbrio orçamental), pelo aumento das despesas de pessoal (devido ao aumento dos encargos com a Segurança Social e CGA e ao pagamento do duodécimo do subsídio de Natal) e das outras despesas correntes. Com impacto na redução da despesa, salienta-se a diminuição das transferências de capital, nomeadamente das para a Administração Central e das outras transferências, e dos juros e outros encargos (explicado por uma menor amortização de Bilhetes de Tesouro).

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2012	2013	2012	2013	2012			2013
	jan		jan		out	nov	dez	jan
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	2999	3069	7,4	7,5	5,6	3,1	-4,4	2,3
Receita corrente	2906	2966	8,0	7,4	-4,1	-5,5	-6,1	2,1
Impostos diretos	1002	1127	7,2	6,8	-3,7	-6,4	-9,5	12,5
Impostos indiretos	1616	1555	8,6	8,1	-5,2	-5,3	-4,7	-3,8
Despesa Total	3417	3805	7,0	7,9	0,6	-2,3	0,0	11,4
Despesa corrente primária	2931	3500	8,2	8,9	-0,2	-3,7	-1,2	19,4
Despesa corrente	3055	3605	6,6	7,8	1,9	-1,3	0,8	18,0
Despesa com pessoal	674	701	7,9	7,9	-13,9	-18,7	-18,1	4,1
Aquisição bens e serviços	45	54	2,4	3,3	-5,8	-7,0	-10,5	20,9
Subsídios	0	0	0,0	0,0	1,3	8,9	-57,0	-43,7
Juros	124	106	1,8	1,5	13,4	13,2	13,8	-14,9
Transferências corr. p/ AP	1989	2083	9,1	8,4	6,6	4,5	9,9	4,7
Saldo Global	-418	-737	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-293	-631	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional.

Fonte: DGO.

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP e as empresas públicas reclassificadas

Empresas Públicas Reclassificadas

Em janeiro, e na ótica da contabilidade pública, o saldo global

Em janeiro, e na ótica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo as empresas públicas reclassificadas) foi de 564,2€, o que representa um aumento de 67,2M€ face ao período homólogo. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afetada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, bem como pela ausência de reporte de algumas entidades, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 3,2%, refletindo principalmente a diminuição das transferências do Estado, das contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE, explicada pela diminuição dos subscritores da CGA que passou a ser um regime fechado a partir de 2006, e das outras receitas correntes. Em sentido contrário, é de referir o acréscimo das transferências correntes e de capital provenientes da União Europeia, relativas a reembolsos do FEADER e a apoios no âmbito dos Programas de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), dos Açores (PRORURAL) e da Madeira (PRODERAM), e das taxas, multas e outras penalidades, em consequência do diferimento temporal no recebimento pelo ICP – Autoridade Nacional de Comunicações da taxa anual devida pelos fornecedores de redes e serviços de comunicações eletrónicas; e
- uma diminuição da despesa em 8,1%, explicada, essencialmente, pela diminuição do investimento, das outras despesas correntes e dos juros e outros encargos. Em sentido oposto, constata-se o aumento das outras transferências correntes e de capital (justificado essencialmente pelas pensões e outros abonos pagos pela CGA e pelos apoios concedidos pelo IFAP, I.P. no âmbito do QREN), das despesas de pessoal (devido ao aumento dos encargos com a Segurança Social e CGA e ao pagamento do duodécimo do subsídio de Natal) e da aquisição de bens e serviços.

das empresas públicas reclassificadas (EPR) foi de 78,7M€, menos 21,6M€ que no período homólogo. Este comportamento é explicado pela redução da outra receita corrente e da receita de capital que mais que compensou a desaceleração da despesa de investimento realizada pela Estradas de Portugal, S.A. e pela Parque Escolar E.P.E., pelas outras despesas correntes e pelos juros e outros encargos financeiros suportados por empresas do sector dos transportes, nomeadamente pelo fato da execução do Metro do Porto ser de carácter provisório.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Em janeiro, a execução financeira consolidada¹ provisória do SNS indica um saldo de 67,1M€, que compara com o excedente de 9,1M€ registado no período homólogo. A execução financeira, face a 2012, caracterizou-se por:

- um crescimento da receita em 4,7%, justificado pelo recebimento da verba contemplada no Orçamento do Estado. Assiste-se, igualmente, a um aumento da receita em prestações de serviços em 85,4%; e
- um decréscimo da despesa em 4,5%, devido sobretudo à diminuição da despesa com subcontratos, em 4,8%, nomeadamente os produtos vendidos em farmácia e os meios complementares de diagnóstico e terapêutica, com a redução do valor dos contratos-programa com os hospitais e unidades de saúde EPE, resultado das medidas implementadas no sector. Destaca-se, ainda, o acréscimo de despesa com pessoal, em 3%, consequência do pagamento em duodécimos do subsídio de Natal e a atualização dos encargos das entidades com a CGA e Segurança Social, parcialmente compensado pela redução de outros abonos variáveis ou eventuais.

Quadro 2.9. Execução financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde		
	2012	2013	2013
	jan		jan
	10 ⁶ euros		VHA (%)
Receita Cobrada	630	660	4,7
Transferências do Orçamento do Estado	623	649	4,1
Prestação de serviços	5	9	85,4
Despesa Total	621	593	-4,5
Despesa com pessoal	67	69	3,0
Subcontratos	539	513	-4,8
Outras despesas	15	11	-31,4
Saldo Global	9	67	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

Quadro 2.10. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (incluindo Empresas Públicas Reclassificadas)					Empresas Públicas Reclassificadas					
	2012	2013	2012	2013	2013	2012	2013	2012	2013	2013	
	jan		jan			jan		jan			
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)			VHA (%)		10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)	
Receita Total	2 187	2 117	7,6	8,0	-3,2	385	197	10,9	6,8		
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	294	257	8,8	5,6	-12,7	0	0	-	-		
Transferências correntes das Adm. Públicas	1279	1247	7,7	8,8	-2,5	51	56	16,0	17,3		
Despesa Total	1690	1553	5,9	5,7	-8,1	284	118	6,1	2,8		
Despesa com pessoal	230	244	7,6	6,7	6,0	50	56	7,2	7,0		
Aquisição de bens e serviços	525	533	5,0	6,0	1,5	40	41	5,1	4,7		
Transferências correntes	708	717	7,3	7,0	1,3	0	1	12	1,6		
Saldo Global	497	564	-	-	-	100	79	-	-		

Fonte: DGO.

¹Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

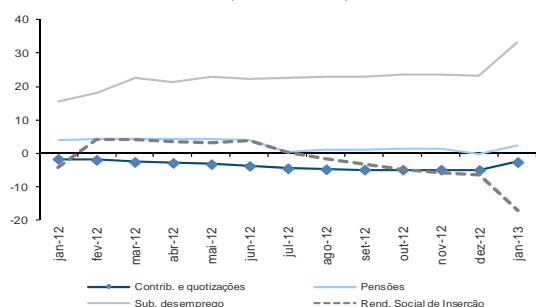
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Em janeiro, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 141M€, o que representa uma diminuição de 87,7M€ face ao mesmo período de 2012.

A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao ano anterior, caracterizou-se por:

- um aumento da receita em 2,5%, em resultado da transferência da Administração Central e do Fundo Social Europeu. Salienta-se, ainda, o acréscimo de outras receitas correntes (16,8%). Em sentido contrário, observam-se decréscimos nos valores relativos à transferência do IVA Social (-63,4%), adiado para fevereiro o duodécimo correspondente a janeiro, e na receita de contribuições e quotizações (-2,5%); e
- um aumento da despesa em 7,8%, retratando, essencialmente, a evolução subsídio de desemprego e apoio ao emprego (33,2%), das despesas com ações de formação profissional (56,8%) e das pensões de velhice e sobrevivência, com acréscimos de 2,9% e 3%, respetivamente. A despesa de administração inverte a tendência decrescente, verificada no ano transato, e apresenta um acréscimo de 8,2%, refletindo o pagamento em duodécimos do subsídio de Natal e a atualização dos encargos das entidades com a CGA e Segurança Social. Contrariamente, constata-se uma diminuição das despesas com rendimento social de inserção (-17,2%), pensão de velhice do regime substitutivo dos bancários. Relativamente ao número de beneficiários, verifica-se um acréscimo de 25% nos subsídios de desemprego e social de desemprego, de 2% nas pensões de velhice, 0,5% nas pensões de sobrevivência e 5,9% no subsídio de doença. Contrariamente, registou-se uma diminuição nos beneficiários da pensão de invalidez em 1,6%.

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



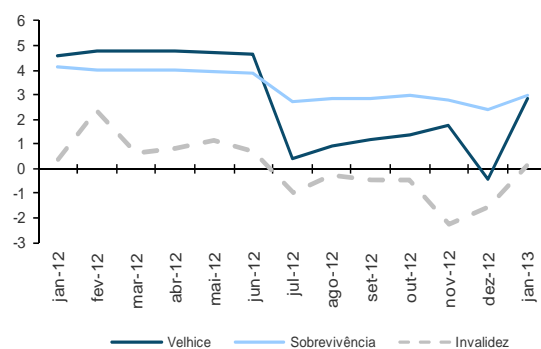
Fonte: DGO.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2012		2013		2012		2013			
	jan		jan		jan		jan			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	2017	2068	2,5	8,3	8,3	763	683	-10,6	9,0	7,9
Contribuições e quotizações	1272	1240	-2,5	9,8	9,4	294	257	-12,7	8,9	5,6
Transferências correntes da Adm. Central	611	681	11,5	7,4	8,5	468	418	-10,7	10,5	10,6
Despesa Total	1788	1927	7,8	7,3	7,7	639	654	2,4	7,9	7,4
Pensões	1059	1086	2,6	7,3	7,3	637	651	2,2	7,9	7,4
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	56	55	-1,9	10,8	11,0	-	-	-	-	-
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	192	256	33,2	7,5	9,5	-	-	-	-	-
Prestações e ação social	338	342	1,2	7,8	2,3	-	-	-	-	-
Saldo Global	229	141	-	-	-	125	29	-	-	-

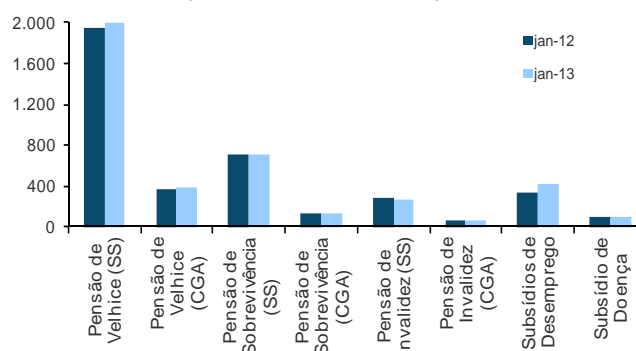
Fontes: DGO e GPEARl.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Em janeiro, o saldo acumulado da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 29M€, que compara com 124,8M€ no período homólogo. A receita total diminuiu 10,6%, refletindo, fundamentalmente, a diminuição das transferências correntes (-10,7%) e das contribuições para a CGA (-12,7%). A despesa total aumentou 2,4%, justificada pelo acréscimo da despesa com pensões, em consequência do pagamento em duodécimos do subsídio de Natal aos pensionistas, e, em menor grau, das outras transferências correntes e da despesa em aquisição de bens e serviços. Quanto ao número de beneficiários, salienta-se um acréscimo de 2,6% nas pensões de velhice e de 1,7% nas pensões de sobrevivência.

Administração Local

Em janeiro, na ótica da contabilidade pública, o excedente provisório da execução orçamental da Administração Local foi de 53,2€, o que corresponde a uma melhoria de 3,3M€ relativamente ao ano anterior.

A execução orçamental da Administração Local, face ao ano anterior, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 6,8%. A receita de capital apresentou um decréscimo de 43,9%, contrariamente à receita corrente que registou um aumento de 2,9%. O comportamento da receita de capital deveu-se, sobretudo, à evolução das transferências de capital, no âmbito da transferência para o Fundo de Equilíbrio Financeiro ao abrigo da Lei das Finanças Locais, e menor grau, da venda de bens de investimento. O desenvolvimento das receitas correntes traduz o aumento das transferências correntes (7,8%), dos rendimentos da propriedade (71,3%), da venda de bens e serviços correntes (17,3%) e dos impostos indiretos (12%); e
- uma diminuição da despesa total em 8,5%, que traduz, fundamentalmente, a variação negativa de todas as rubricas, com exceção da despesa em aquisições de bens e serviços, cujo aumento foi de 2,2% e que inclui a liquidação de pagamentos efetuados no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) para regularização das dívidas dos municípios a fornecedores, e das outras transferências correntes.

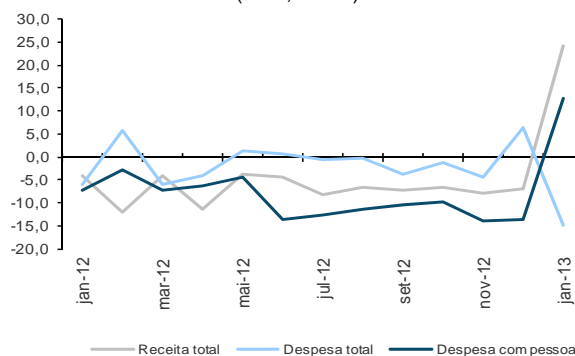
Administração Regional

Em janeiro, e na ótica da contabilidade pública, o excedente orçamental da Administração Regional situou-se nos 99,8M€, o que corresponde a uma melhoria de 61,4M€ face ao período homólogo. Este comportamento é explicado pelo aumento dos excedentes da Região Autónoma dos Açores (RAA) em 44,1M€ e da Região Autónoma dos Madeira (RAM), que melhorou o seu saldo em 17,3M€.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2012, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 24%, devido, sobretudo, ao comportamento positivo das transferências do OE para RAM, das vendas de bens e serviços na RAA e da receita fiscal (4,9% na RAA e -2,7% na RAM, sendo o IVA o principal impulsionador para esta evolução); e
- um decréscimo da despesa total em 14,8%, traduzindo os contributos contrários das duas regiões: na RAA a despesa diminuiu 45,7%, enquanto na RAM aumentou 35,8%. Constatou-se um aumento da despesa de capital para ambas as regiões autónomas, já a despesa corrente apresenta uma diminuição de 53,6% na RAA e um aumento de 34,3% na RAM. Para este comportamento na RAA contribuiu a evolução das transferências, dos juros e outros encargos e das outras despesas correntes, na RAM o acréscimo de juros e outros encargos, da despesa com pessoal e das transferências.

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2012	2013		2012	2013	
	jan			jan		
	10 ⁶ euros		VHA (%)	10 ⁶ euros		VHA (%)
Receita total	173	214	24,0	456	425	-6,8
Impostos	59	60	2,0	96	83	-14,2
Transferências correntes	94	122	30,2	177	191	7,8
Despesa total	134	114	-14,8	406	372	-8,5
Pessoal	48	54	12,6	165	163	-1,5
Aquisição de bens e serviços	6	4	-35,0	95	97	2,2
Transferências correntes	61	22	-64,2	24	23	-4,0
Investimento	2	3	50,0	81	57	-29,7
Saldo global	38	100	-	50	53	-

Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

De acordo com os dados preliminares publicados pelo Banco de Portugal, no final de 2012, a dívida pública das Administrações Públicas atingiu 203,4 mil M€, mais 18,7 mil M€ que no final de 2011. Este valor situa-se acima do previsto na última avaliação regular do PAEF em virtude, essencialmente do maior saldo de depósitos das Administrações Públicas.

Dívida Direta do Estado

No final de janeiro, a dívida direta do Estado situava-se em 199,4 mil M€, aumentando 4892M€ face ao mês anterior. A evolução mensal deve-se, essencialmente, à emissão sindicada da OT 4,35% 16 de outubro de 2017 (no valor nominal de 2,5 mil M€), à emissão líquida de Bilhete de Tesouro (1754,3M€), de CEDIC (934,4M€) e da obtenção de um empréstimo por parte do FMI no âmbito do PAEF (no montante nominal de 839M€). Em sentido contrário registou-se uma diminuição do *stock* de ECP (551,3M€) e a amortização de um MTN (FRN EUR 25jan2013) no valor de 10,6M€. As variações cambiais no mês contribuíram para a diminuição do saldo da dívida em cerca de 578M€.

Quadro 2.13. Movimento da Dívida
(milhões de euros)

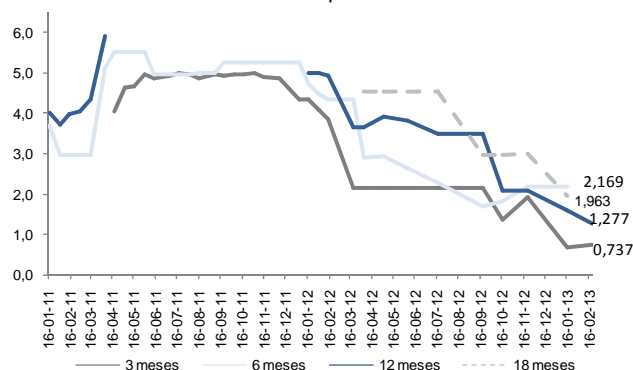
	31-dez-12	jan-13			31-jan-13
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	115 280	5 527	1 889	-4	118 915
Bilhetes do Tesouro	17 777	3 007	1 253	0	19 532
Obrigações do Tesouro	93 626	0	1	56	96 126
Não Transacionável	16 225	5 114	4 177	0	17 162
Cert. de Aforro e do Tesouro	11 085	84	73	0	11 097
CEDIC e CEDIM	4 559	5 005	4 068	0	5 496
Prog. de Ajustamento Económico	63 013	839	0	0	63 334
Total	194 519	11 480	6 066	0	199 411

Fonte: IGCP.

Emissões de Dívida

A 20 de fevereiro de 2013, foram realizados dois leilões de BT, tendo sido colocados 345M€ com maturidade de 3 meses e 1155M€ com maturidade a um ano, na fase competitiva. A taxa média ponderada da emissão a três meses foi de 0,737% (0,667% na emissão de janeiro) e de BT a um ano 1,277% (1,609% na emissão anterior com idêntica maturidade).

Figura 2.28. Emissões de BT
Taxa média ponderada



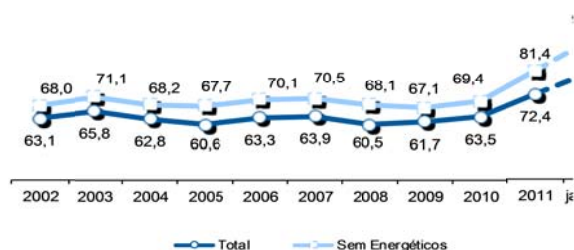
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

Os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para 2012 apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 5,8%, enquanto as importações decresceram 5,4% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial (fob/cif) recuperou 34,8%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 4,3% enquanto as importações registaram uma variação homóloga negativa de 9% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

	janeiro a dezembro			VH	
	2011	2012	VH	Últimos 3 meses	12 meses
Intra + Extra-UE (milhões de Euros)					
Exportações (fob)	42.870	45.347	5,8	1,0	
Importações (cif)	59.243	56.015	-5,4	-3,0	
Saldo (fob-cif)	-16.373	-10.667	-34,8	-17,1	
Cobertura (fob/cif)	72,4	81,0	-	-	
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	39.775	41.481	4,3	1,9	
Importações (cif)	48.850	44.462	-9,0	-4,8	
Saldo (fob-cif)	-9.075	-2.981	-67,2	-50,0	
Cobertura (fob/cif)	81,4	93,3	-	-	
Extra-UE (milhões de Euros)					
Exportações (fob)	10.960	13.130	19,8	10,0	
Importações (cif)	15.619	15.832	1,4	2,9	
Saldo (fob-cif)	-4.659	-2.702	-42,0	-42,6	
Cobertura (fob/cif)	70,2	82,9	-	-	

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

As exportações representaram 81,0% das importações, o que se traduziu num acréscimo de 8,6 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao ano de 2011. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 93,3% das importações (+11,9 p.p. que em 2011).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de dezembro

	Valores em milhões de		
janeiro a dezembro	2011	2012	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	42 870	45 347	
Importações (cif)	59 243	56 015	
Saldo (fob-cif)	- 16 373	- 10 667	-
Cobertura (fob/cif)	72,4	81,0	
Intra UE			
Exportações (fob)	31 910	32 218	
Importações (cif)	43 624	40 182	
Saldo (fob-cif)	- 11 714	- 7 965	-
Cobertura (fob/cif)	73,1	80,2	
Extra UE			
Exportações (fob)	10 960	13 130	
Importações (cif)	15 619	15 832	
Saldo (fob-cif)	- 4 659	- 2 702	-
Cobertura (fob/cif)	70,2	82,9	

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Em 2012, o défice da balança comercial Intra UE recuperou 32% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescer 1% e as importações a decrescer 7,9%. O saldo da balança comercial Extra UE recuperou 42% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)	
	2011	2012	TVH	2011	2012
jan	4 610	4 726	2,5	3 199	3 623
fev	4 857	4 676	-3,7	3 368	3 797
mar	5 628	5 106	-9,3	3 807	4 149
abr	5 122	4 415	-13,8	3 472	3 558
mai	5 570	5 031	-9,7	3 767	4 043
jun	4 781	4 536	-5,1	3 640	3 987
jul	5 033	4 709	-6,4	3 833	4 115
ago	4 318	4 418	2,3	2 949	3 365
set	5 186	4 684	-9,7	3 815	3 581
out	4 814	5 042	4,8	3 821	4 036
nov	4 848	4 545	-6,2	3 905	3 902
dez	4 477	4 126	-7,9	3 296	3 192
1º Trim	15 095	14 507	-3,9	10 373	11 568
2º Trim	15 472	13 983	-9,6	10 878	11 588
3º Trim	14 537	13 811	-5,0	10 597	11 061
4º Trim	14 139	13 713	-3,0	11 022	11 130

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº2/2013").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de dezembro de 2012 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 200 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2011). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

No ano de 2012, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 5,8%. Excluindo os produtos energéticos, essa variação positiva foi de 4,3%.

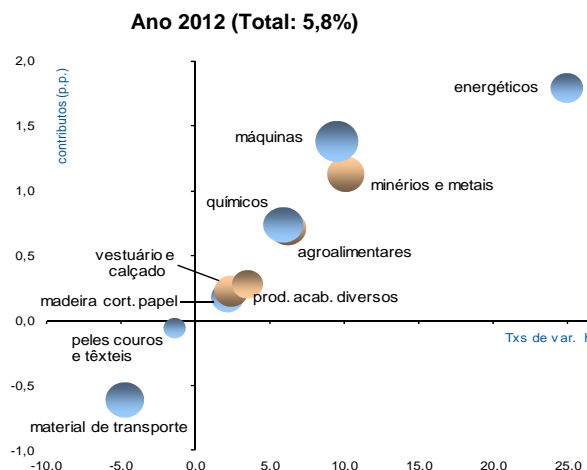
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações em 2012. Neste período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias.

Os produtos relativos aos “Energéticos” foram os que mais contribuíram para este comportamento (+1,8 p.p.). Segue-se o contributo das “Máquinas” (+1,4 p.p.) e dos “Minérios e Metais” (+1,1 p.p.).

De referir, ainda, os contributos dos grupos de produtos “Químicos”, “Agro- Alimentares” (ambos com 0,7 p.p.) e “Material de Transporte” (0,3 p.p.), para o crescimento das exportações de mercadorias.

As “Máquinas” e os “Químicos” foram os grupos de produtos que maior peso tiveram nas exportações de mercadorias de 2012 (15,1% e 12,5% respetivamente) (Quadro 3.4).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

Grupos de Produtos	Milhões de Euros jan-dez		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			A nual		jan-dez		últimos 12 meses ^[1]		jan-dez	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p.
	Intra + E									
Total das Exportações	42 870	45 347	100,0	100,0	100,0	100,0	5,8	5,8	5,8	5,8
000 Agro-Alimentares	4 905	5 210	8,8	11,4	11,4	11,5	6,2	0,7	6,2	0,7
100 Energéticos	3 095	3 867	5,3	7,2	7,2	8,5	24,9	1,8	24,9	1,8
200 Químicos	5 343	5 659	10,3	12,5	12,5	12,5	5,9	0,7	5,9	0,7
300 Madeira, Cortiça e Papel	3 603	3 682	8,7	8,4	8,4	8,1	2,2	0,2	2,2	0,2
400 Peles, Couros e Têxteis	1 865	1 840	4,9	4,4	4,4	4,1	-1,4	-0,1	-1,4	-0,1
500 Vestuário e Calçado	4 070	4 167	11,1	9,5	9,5	9,2	2,4	0,2	2,4	0,2
600 Minérios e Metais	4 806	5 292	10,5	11,2	11,2	11,7	10,1	1,1	10,1	1,1
700 Máquinas	6 263	6 855	19,7	14,6	14,6	15,1	9,5	1,4	9,5	1,4
800 Material de Transporte	5 556	5 294	13,3	13,0	13,0	11,7	-4,7	-0,6	-4,7	-0,6
900 Produtos Acabados Diversos	3 364	3 483	7,4	7,8	7,8	7,7	3,5	0,3	3,5	0,3
Por memória:										
Total sem energéticos	39 775	41 481	94,7	92,8	92,8	91,5	4,3	4,0	4,3	4,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado) do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em dezembro de 2012.

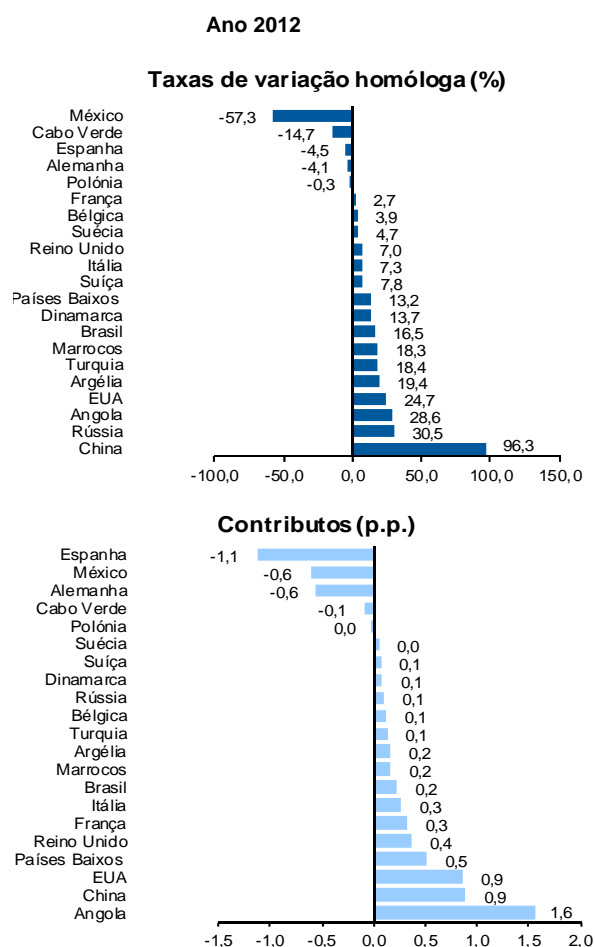
[2] $(\text{jan } 12\text{-dez } 12) / (\text{jan } 11\text{-dez } 11) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

Em 2012, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 1,0%. As exportações com destino aos países da UE-15 cresceram a uma taxa de 0,7% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 8,1%. As exportações para países terceiros registaram um crescimento homólogo superior de 19,8% (Quadro 3.5), sendo as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (+5,1 p.p.).

As exportações de mercadorias para os Países Baixos (+0,5 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações intra UE-15 seguidas das exportações para o Reino Unido (+0,4 p.p.), França e Itália (ambos com +0,3 p.p.). Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para a China (+96,3%), Angola (+28,6%) e os EUA (+24,7%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino ao México (-57,3%) e Cabo Verde (-14,7%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-dez		anual		jan-dez		12 meses [1]		jan-dez	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012	VH [2]	contrib. p.p.[3]	VH	cor p.p.
TOTAL	42 870	45 347	100,0	100,0	100,0	100,0	5,8	5,8	5,8	
Intra UE-27	31 910	32 218	78,1	74,4	74,4	71,0	1,0	0,7	1,0	
dos quais:										
UE-15	30 580	30 780	76,0	71,3	71,3	67,9	0,7	0,5	0,7	
Espanha	10 680	10 194	28,4	24,9	24,9	22,5	-4,5	-1,1	-4,5	
Alemanha	5 811	5 573	13,0	13,6	13,6	12,3	-4,1	-0,6	-4,1	
França	5 213	5 352	12,5	12,2	12,2	11,8	2,7	0,3	2,7	
R.Unido	2 234	2 391	6,9	5,2	5,2	5,3	7,0	0,4	7,0	
P.Baixos	1 675	1 896	3,7	3,9	3,9	4,2	13,2	0,5	13,2	
Itália	1 567	1 681	4,1	3,7	3,7	3,7	7,3	0,3	7,3	
Bélgica	1 350	1 403	3,1	3,1	3,1	3,1	3,9	0,1	3,9	
Suécia	443	464	1,1	1,0	1,0	1,0	4,7	0,0	4,7	
Dinamarca	270	307	0,7	0,6	0,6	0,7	13,7	0,1	13,7	
Alargamento	1 330	1 437	2,1	3,1	3,1	3,2	8,1	0,3	8,1	
Polónia	404	403	0,7	0,9	0,9	0,9	-0,3	0,0	-0,3	
Extra UE-27	10 960	13 130	21,9	25,6	25,6	29,0	19,8	5,1	19,8	
dos quais:										
Angola	2 331	2 999	3,4	5,4	5,4	6,6	28,6	1,6	28,6	
EUA	1 496	1 866	5,9	3,5	3,5	4,1	24,7	0,9	24,7	
Brasil	583	679	0,7	1,4	1,4	1,5	16,5	0,2	16,5	
México	462	197	0,4	1,1	1,1	0,4	-57,3	-0,6	-57,3	
China	397	779	0,6	0,9	0,9	1,7	96,3	0,9	96,3	
Marrocos	389	460	0,5	0,9	0,9	1,0	18,3	0,2	18,3	
Suíça	372	401	0,8	0,9	0,9	0,9	7,8	0,1	7,8	
Argélia	358	428	0,2	0,8	0,8	0,9	19,4	0,2	19,4	
Turquia	301	356	0,7	0,7	0,7	0,8	18,4	0,1	18,4	
Cabo Verde	254	217	0,5	0,6	0,6	0,5	-14,7	-0,1	-14,7	
Por memória:										
Gibraltar	254	312	0,1	0,6	0,6	0,7	22,7	0,1	22,7	
PALOP	2 913	3 621	4,3	6,8	6,8	8,0	24,3	1,7	24,3	
EFTA	467	514	1,1	1,1	1,1	1,1	10,0	0,1	10,0	

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados de comércio intracomunitário incluem estimativas para as não repostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2011.

[1] Últimos 12 meses a terminar em dezembro de 2012.

[2] $(\text{jan } 12\text{-dez } 12) / (\text{jan } 11\text{-dez } 11) \times 100 - 100$.

[3] $\text{Contributos para a taxa de crescimento das exportações} = \text{análise shift-share: } (TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

Importações de Mercadorias

No ano de 2012, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga negativa de 5,4% (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações dos grupos de produtos “Material de Transporte” (-2,7 p.p.), “Máquinas” (-1,4 p.p.) e “Minérios e Metais” (-1,1 p.p.) para a redução das importações neste período.

O comportamento das importações de produtos “Energéticos”, com um contributo positivo de 2,0 p.p. contrariou este decréscimo das importações.

A UE-27 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (71,7%).

As importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário decresceram, em termos homólogos, -7,9%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 diminuíram 8,2%. As importações provenientes dos países do Alargamento cresceram 0,8%. Neste período, as importações de todos os países da UE-15 registaram contributos negativos, justificando o decréscimo das respetivas importações.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 1,4%, em termos homólogos. Angola destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (3,2% do total). Seguem-se a China (2,5%) e o Brasil (2,4%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-dez		Anual		jan-dez		12 meses ^[1]		jan-dez	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	cc
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	59 243	56 015	100,0	100,0	100,0	100,0	-5,4	-5,4	-5,4	
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	8 939	8 746	11,9	14,0	15,1	15,6	-2,2	-0,3	-2,2	
100-Energéticos	10 393	11 553	14,1	14,3	17,5	20,6	11,2	2,0	11,2	
200-Químicos	9 420	9 339	13,3	15,2	15,9	16,7	-0,9	-0,1	-0,9	
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	2 756	2 381	4,7	4,7	4,7	4,3	-13,6	-0,6	-13,6	
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	4 006	3 629	6,8	6,9	6,8	6,5	-9,4	-0,6	-9,4	
500-Minérios e Metais	5 206	4 574	9,2	8,7	8,8	8,2	-12,1	-1,1	-12,1	
600-Máquinas [4]	9 077	8 232	20,5	16,8	15,3	14,7	-9,3	-1,4	-9,3	
700-Material de Transporte [5]	6 304	4 713	13,5	13,7	10,6	8,4	-25,2	-2,7	-25,2	
800-Prod. Acabados Diversos	3 142	2 848	6,0	5,7	5,3	5,1	-9,4	-0,5	-9,4	
Total sem energéticos	48 850	44 462	85,9	85,7	82,5	79,4	-9,0	-7,4	-9,0	
Mercados de origem										
Intra UE-27	43 624	40 182	77,0	73,6	73,6	71,7	-7,9	-5,8	-7,9	
dos quais:										
UE-15	42 143	38 690	75,3	71,1	71,1	69,1	-8,2	-5,8	-8,2	
Espanha	19 117	17 790	30,9	32,3	32,3	31,8	-6,9	-2,2	-6,9	
Alemanha	7 332	6 414	14,3	12,4	12,4	11,5	-12,5	-1,6	-12,5	
França	4 009	3 651	8,5	6,8	6,8	6,5	-8,9	-0,6	-8,9	
Itália	3 235	2 992	5,9	5,5	5,5	5,3	-7,5	-0,4	-7,5	
Países Baixos	2 829	2 735	4,8	4,8	4,8	4,9	-3,3	-0,2	-3,3	
Reino Unido	1 973	1 694	4,1	3,3	3,3	3,0	-14,2	-0,5	-14,2	
Bélgica	1 505	1 422	2,8	2,5	2,5	2,5	-5,5	-0,1	-5,5	
Suécia	624	567	0,9	1,1	1,1	1,0	-9,1	-0,1	-9,1	
Irlanda	574	551	0,9	1,0	1,0	1,0	-4,1	0,0	-4,1	
Alargamento	1 481	1 493	1,7	2,5	2,5	2,7	0,8	0,0	0,8	
Extra UE-27	15 619	15 832	23,0	26,4	26,4	28,3	1,4	0,4	1,4	
dos quais:										
Nigéria	1 529	926	1,4	2,6	2,6	1,7	-39,4	-1,0	-39,4	
China	1 500	1 375	1,4	2,5	2,5	2,5	-8,3	-0,2	-8,3	
Brasil	1 462	1 369	2,2	2,5	2,5	2,4	-6,4	-0,2	-6,4	
Angola	1 178	1 781	0,1	2,0	2,0	3,2	51,3	1,0	51,3	
EUA	1 134	961	1,4	1,9	1,9	1,7	-15,2	-0,3	-15,2	
Arábia Saudita	914	890	1,0	1,5	1,5	1,6	-2,6	0,0	-2,6	
Cazaquistão	854	759	0,6	1,4	1,4	1,4	-11,1	-0,2	-11,1	
Argélia	776	799	1,6	1,3	1,3	1,4	2,9	0,0	2,9	
Rússia	563	476	1,2	1,0	1,0	0,8	-15,5	-0,1	-15,5	
Índia	467	336	0,4	0,8	0,8	0,6	-28,0	-0,2	-28,0	
No ruega	417	148	1,2	0,7	0,7	0,3	-64,4	-0,5	-64,4	
Suíça	365	333	0,6	0,6	0,6	0,6	-8,5	-0,1	-8,5	
Japão	341	295	1,0	0,6	0,6	0,5	-13,7	-0,1	-13,7	
OPEP ^[6]	4 611	5 284	6,3	7,8	7,8	9,4	14,6	1,1	14,6	
EFTA	802	501	1,9	1,4	1,4	0,9	-37,5	-0,5	-37,5	
PALOP	1 230	1 807	0,2	2,1	2,1	3,2	46,9	1,0	46,9	

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados de comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2011.

[1] Últimos 12 meses a terminar em dezembro de 2012.

[2] (jan 12-dez 12)/(jan 11-dez 11) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) = 100.

[4] Não inclui tractores.

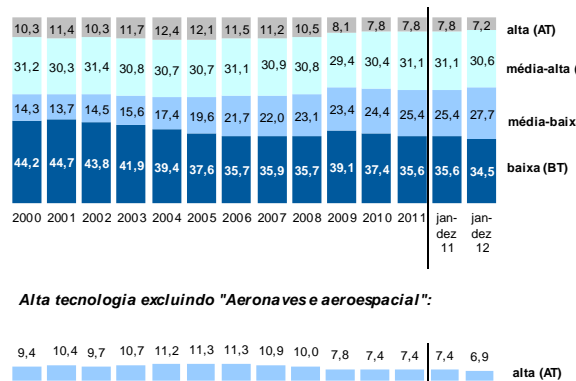
[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

No ano de 2012, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 6,2%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuaram a representar mais de metade do total das exportações destes produtos (58,3%), sendo os produtos de média-baixa tecnologia aqueles cujas exportações registaram o maior crescimento homólogo (15,8%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).¹

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



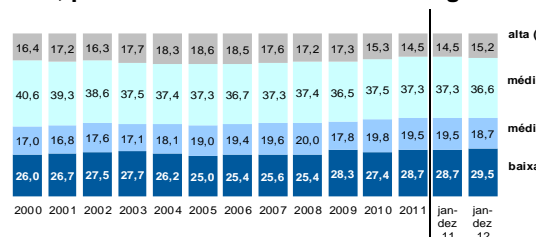
Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados por grau de intensidade tecnológica.

As exportações de produtos de média-baixa tecnologia foram as que mais contribuíram para o aumento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+4,0 p.p.).

As exportações dos produtos de média alta intensidade tecnológica contribuíram com 1,4p.p. para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados.

As importações de produtos industriais transformados decresceram, em termos homólogos, 9,9%, sendo os produtos de média alta e média baixa tecnologia os que mais contribuíram para esta redução (-4,4 p.p. e -2,6 p.p., respetivamente).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados por grau de intensidade tecnológica.

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Intensidade Tecnológica	2011	janeiro a dezembro		Taxas variação (%)			% total prod. indust. transf.				Contributo: 2011
		2011	2012	média 2006-11	2011/10	jan-dez 2012/11	2010		jan-dez 2011		
							2010	2011	2011	2012	
EXPORTAÇÕES											
Total dos prod. indust. transformados	40 358 410	40 358 410	42 866 474	3,6	15,3	6,2	100,0	100,0	100,0	100,0	15,3
Alta tecnologia	3 159 545	3 159 545	3 073 835	-4,1	15,7	-2,7	7,8	7,8	7,8	7,2	12
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	2 983 732	2 983 732	2 933 062	-4,8	16,3	-1,7	7,4	7,4	7,4	6,9	12
Média-alta tecnologia	12 568 799	12 568 799	13 127 335	3,7	18,2	4,4	30,4	31,1	31,1	30,6	5,5
Média-baixa tecnologia	10 263 050	10 263 050	11 883 427	7,0	20,2	15,8	24,4	25,4	25,4	27,7	4,9
Baixa tecnologia	14 367 016	14 367 016	14 781 877	3,6	9,6	2,9	37,4	35,6	35,6	34,5	3,6
<i>Por memória:</i>											
Total das Exportações	42 870 151	42 870 151	45 347 437	3,8	15,0	5,8	100,0	100,0	100,0	100,0	15,0
Residual [3]	2 511 740	2 511 740	2 480 963	6,3	11,1	-1,2	6,1	5,9	5,9	5,5	0,7
IMPORTAÇÕES											
Total dos prod. indust. transformados	47 331 085	47 331 085	42 663 229	0,2	-2,7	-9,9	100,0	100,0	100,0	100,0	-2,7
Alta tecnologia	6 858 610	6 858 610	6 489 370	-4,6	-7,8	-5,4	15,3	14,5	14,5	15,2	-1,2
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	6 590 347	6 590 347	6 153 418	-3,9	-6,4	-6,6	14,6	14,0	14,0	14,5	-0,9
Média-alta tecnologia	17 662 085	17 662 085	15 601 931	0,5	-3,3	-11,7	37,5	37,3	37,3	36,6	-1,2
Média-baixa tecnologia	9 212 905	9 212 905	7 990 419	0,2	-4,4	-13,3	19,8	19,5	19,5	18,7	-0,9
Baixa tecnologia	13 597 485	13 597 485	12 581 508	2,6	2,1	-7,5	27,4	28,7	28,7	29,5	0,6
<i>Por memória:</i>											
Total das Importações	59 242 900	59 242 900	56 014 611	1,0	1,0	-5,4	100,0	100,0	100,0	100,0	1,0
Residual [3]	119 118 15	119 118 15	13 351 383	5,0	19,1	12,1	17,0	20,1	20,1	23,8	3,3

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados de comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem no comunitário com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (6-22, 36-37).

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as aeronaves e manufaturas aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

¹Os dados anuais apresentados nas figuras 3.4 e 3.5 foram extraídos da nova série do comércio internacional (1993-2009), que inclui estimativas para as empresas abaixo dos limiares de assimilação e para as não respostas.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

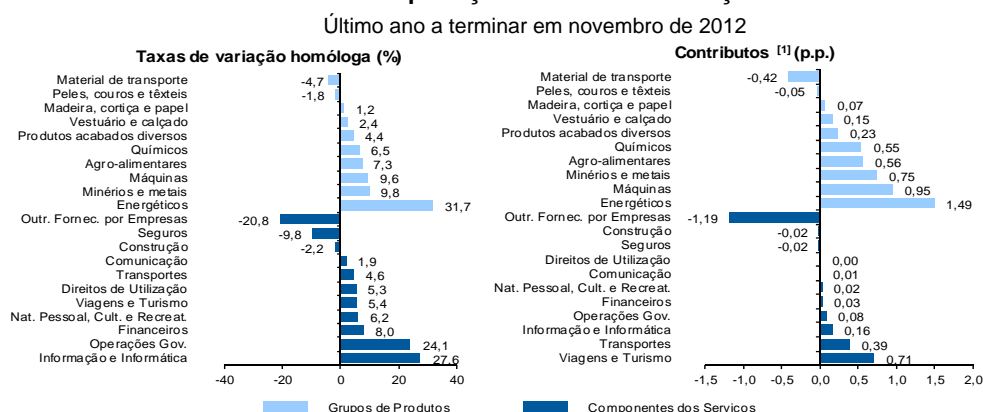
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de novembro de 2012, nos primeiros onze meses de 2012, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 4,5%. A componente dos Bens continuou a ser aquela que mais contribuiu para o crescimento das “exportações” totais (4,4 p.p.).

Nos primeiros onze meses de 2012, a componente dos Serviços representou 29,4% do total das “Exportações” e contribuiu com 0,1 p.p. para o crescimento das Exportações (créditos). O peso dos serviços nas Importações (débitos) foi de 16,0% e o seu contributo para o decréscimo das importações (-5,7%) foi de -1,5 p.p., (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em novembro de 2012, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+1,5 p.p.) e dos “Máquinas” (+1,0 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+0,7 p.p.) e Transportes (+0,4 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: $TVH \times \text{Peso no período homólogo anterior} \div 100$. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (4,5%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	janeiro a novembro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		janeiro a novembro		média anual 05-10	12 meses ^[1]		janeiro a novembro	
	2011	2012	2005	2011	2011	2012		VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	57 310	59 903	100,0	100,0	100,0	100,0	4,3	4,5	4,5	4,5	4,5
Bens	39 750	42 284	71,0	69,2	69,4	70,6	3,7	6,2	4,3	6,4	4,4
Serviços	17 560	17 620	29,0	30,8	30,6	29,4	5,5	0,6	0,2	0,3	0,1
Transportes	4 755	4 986	7,1	8,3	8,3	8,3	7,5	4,6	0,4	4,9	0,4
Viagens e Turismo	7 573	8 005	13,2	13,1	13,2	13,4	4,1	5,4	0,7	5,7	0,8
Comunicação	443	465	0,9	0,8	0,8	0,8	0,1	1,9	0,0	5,1	0,0
Construção	516	502	0,8	0,9	0,9	0,8	5,9	-2,2	0,0	-2,7	0,0
Seguros	99	90	0,2	0,2	0,2	0,1	3,0	-9,8	0,0	-9,3	0,0
Financeiros	202	214	0,4	0,4	0,4	0,4	3,8	8,0	0,0	5,6	0,0
Informação e Informática	334	418	0,3	0,6	0,6	0,7	17,3	27,6	0,2	25,3	0,1
Direitos de Utilização	37	35	0,1	0,1	0,1	0,1	-5,0	5,3	0,0	-5,1	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	3 200	2 435	5,2	5,8	5,6	4,1	6,5	-20,8	-12	-23,9	-1,3
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	217	237	0,4	0,4	0,4	0,4	3,5	6,2	0,0	9,1	0,0
Operações Governamentais	185	231	0,3	0,3	0,3	0,4	5,7	24,1	0,1	25,3	0,1
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	63 434	59 809	100,0	100,0	100,0	100,0	1,5	-6,4	-6,4	-5,7	-5,7
Bens	52 934	50 234	84,9	83,3	83,4	84,0	1,1	-6,1	-5,1	-5,1	-4,3
Serviços	10 500	9 576	15,1	16,7	16,6	16,0	3,5	-8,0	-1,3	-8,8	-1,5
Transportes	3 132	3 012	4,7	4,9	4,9	5,0	2,4	-4,0	-0,2	-3,8	-0,2
Viagens e Turismo	2 744	2 719	4,2	4,3	4,3	4,5	2,3	-0,9	0,0	-0,9	0,0
Comunicação	396	393	0,6	0,6	0,6	0,7	1,1	-3,1	0,0	-0,8	0,0
Construção	109	93	0,2	0,2	0,2	0,2	1,8	-15,5	0,0	-15,0	0,0
Seguros	209	232	0,3	0,3	0,3	0,4	3,6	8,8	0,0	10,9	0,0
Financeiros	462	397	0,3	0,8	0,7	0,7	20,3	-7,7	-0,1	-14,1	-0,1
Informação e Informática	403	341	0,4	0,6	0,6	0,6	11,0	-13,7	-0,1	-15,2	-0,1
Direitos de Utilização	353	322	0,5	0,6	0,6	0,5	4,5	-9,3	-0,1	-8,8	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	2 168	1 550	3,0	3,5	3,4	2,6	4,9	-25,2	-0,9	-28,5	-1,0
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	441	435	0,6	0,7	0,7	0,7	4,9	-12	0,0	-14	0,0
Operações Governamentais	82	81	0,3	0,1	0,1	0,1	-16,3	-3,2	0,0	-0,8	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até novembro de 2012.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p><i>Reunião Conselho ECOFIN</i></p> <p><i>12 de fevereiro de 2013</i></p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 12 de fevereiro de 2013 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Processo de quitação da execução do Orçamento da União Europeia de 2011 e orientações orçamentais para 2014: O Conselho aprovou uma recomendação ao Parlamento Europeu sobre a quitação a dar à Comissão Europeia pela execução do orçamento da UE para 2011 e aprovou conclusões que estabelecem as prioridades para o processo orçamental de 2014, o primeiro do novo quadro financeiro plurianual 2014-2020. ▪ Semestre Europeu – Relatório Anual relativo ao Crescimento: O Conselho adotou conclusões respeitantes ao Relatório Anual relativo ao Crescimento no âmbito do Semestre Europeu de 2013. Neste contexto, foi acordado que as prioridades identificadas em 2012 permanecem válidas: <i>i</i>) necessidade de se prosseguir uma consolidação orçamental que potencie o crescimento económico; <i>ii</i>) a necessidade de restaurar o normal fluxo de crédito à economia e <i>iii</i>) a necessidade de implementação de reformas estruturais orientadas para a promoção da competitividade e que contribuam para a correção dos desequilíbrios macroeconómicos, <i>iv</i>) a necessidade de se combater o desemprego e as suas consequências sociais e <i>v</i>) a modernização da Administração Pública. O Conselho considera que os atuais desafios que se colocam à UE e aos seus estados-membros são muito complexos, pelo que se torna necessária a melhoria da confiança, a aposta no crescimento económico, assegurando a sustentabilidade da dívida pública e o aumento da competitividade, aliada à criação de condições para o crescimento sustentável e de emprego de longa duração. Considerou ainda que os atuais esforços de reforma estão a ser acompanhados por importantes medidas para reforçar a governação da UEM baseados em maior integração e solidariedade na área do euro. ▪ Relatório sobre o Mecanismo de Alerta: No âmbito da aplicação do <i>Six-Pack</i> relativo ao reforço da coordenação das políticas económicas, o Conselho adotou conclusões relativas ao relatório da Comissão Europeia referente aos resultados da aplicação do <i>Scoreboard</i>, instrumento que tem por objetivo identificar a existência, preferencialmente numa fase precoce, de desequilíbrios macroeconómicos nos países da UE. As conclusões realçam a necessidade de se avançar na análise dos desenvolvimentos nos estados-membros já sujeitos a análise no ano transato, para se avaliar a persistência dos desequilíbrios e os riscos associados a esta persistência e os progressos registados na sua resolução no quadro de implementação das políticas previamente recomendadas. É ainda reconhecida positivamente a inclusão de um novo indicador financeiro, o qual tem por objetivo avaliar desequilíbrios neste domínio, bem como a necessidade de os estados-membros tratarem os desequilíbrios identificados de forma ambiciosa e concreta nos seus programas de estabilidade ou convergência e programas nacionais de reforma. <p>Recorda-se que a Comissão identificou catorze estados-membros onde existem ou pode vir a existir riscos de tais desequilíbrios: Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Itália, Malta, Reino Unido e Suécia. Portugal, juntamente com Irlanda, Grécia e Roménia, não está sujeito a este procedimento, uma vez que se encontra já em supervisão reforçada devido ao seu programa de assistência financeira.</p>

Iniciativa	Sumário
	<p>ra, onde a correção dos desequilíbrios macroeconómicos é também considerada.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório relativo à sustentabilidade orçamental: O Conselho adotou conclusões sobre o relatório da Comissão Europeia, realçando o facto das reformas orientadas para a melhoria da sustentabilidade, em especial no âmbito das pensões de reforma terem reduzido o custo projetado do envelhecimento da população em alguns dos estados-membros. Reconheceu que os desafios nesta área são diferenciados por estado-membro, resultando para alguns de questões de curto/médio-prazo, em particular da atual situação de dificuldades orçamentais e/ou dos elevados níveis de dívida pública, enquanto para outros resultam de questões de longo prazo, como tendências não sustentáveis de despesa pública em virtude do envelhecimento da população. A estratégia europeia deverá passar por uma redução da dívida pública, o aumento da produtividade e do emprego e pela reforma dos sistemas de pensões e de cuidados de saúde.
<p><i>Programa Polis</i></p> <p>Conselho de Ministros de 9 de fevereiro</p>	<p>Aprovou um diploma que altera o regime aplicável à direção e coordenação geral das intervenções no âmbito do «Programa Polis - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades» e do conjunto de operações «Polis Litoral - Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira», atualmente confiadas à sociedade Parque Expo.</p> <p>A alteração agora aprovada permite que aquelas atividades sejam sujeitas à concorrência, nos termos do Código dos Contratos Públicos.</p>
<p><i>Trabalho aéreo - regime jurídico</i></p> <p>Conselho de Ministros de 9 de fevereiro</p>	<p>Aprovou o novo regime jurídico do trabalho aéreo, conformando-o à transposição da diretiva comunitária relativa aos serviços no mercado interno.</p> <p>Procede-se à simplificação e desmaterialização de vários atos inerentes às permissões administrativas a conceder pelo Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P.</p> <p>Deste modo, são clarificados os procedimentos e os documentos necessários à concessão das várias permissões, bem como as responsabilidades e obrigações dos vários operadores de trabalho aéreo.</p>
<p><i>Solidez financeira das instituições de crédito</i></p> <p>Conselho de Ministros de 31 de janeiro</p>	<p>Aprovou uma proposta de lei que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.</p> <p>A alteração agora proposta visa permitir ao Estado o exercício temporário de domínio sobre uma instituição de crédito que seja objeto de uma operação de capitalização com recurso a capital público.</p> <p>Com esta lei, é introduzido um mecanismo de capitalização obrigatória quando o Banco de Portugal, como medida de último recurso e com o intuito de assegurar a estabilidade do sistema financeiro nacional, propuser a realização de uma operação de capitalização com recurso a fundos públicos.</p> <p>Esta alteração decorre dos compromissos assumidos pelo Estado português nos Memorandos, e respeita as regras e orientações da União Europeia em matéria de auxílios de Estado.</p>
<p><i>Sistemas inteligentes de transportes</i></p>	<p>Aprovou uma proposta de lei que estabelece o regime a que deve obedecer a implementação e utilização de sistemas inteligentes de transportes, inclusive nas interfaces com outros modos de transporte, transpondo uma diretiva co-</p>

Iniciativa	Sumário
<i>Conselho de Ministros de 31 de janeiro</i>	<p>munitária.</p> <p>Esta proposta de lei visa dar seguimento ao objetivo definido na diretiva em causa, assegurando a implementação coordenada e coerente de sistemas inteligentes de transportes (ITS) interoperáveis na União Europeia, garantindo que os sistemas a implementar em território nacional se articulem com o Plano Europeu de Ação ITS e com as medidas e especificações a adotar pela Comissão.</p>
<i>PME Crescimento 2013 - Linha de Crédito</i>	<p>Desde final de janeiro que se encontra disponível uma nova Linha de Crédito - PME Crescimento 2013, com uma dotação global de 2 mil milhões de euros, destinada a apoiar o financiamento de pequenas e médias empresas (PME).</p> <p>Esta nova linha destina até 400 milhões de euros a micro e pequenas empresas e 900 milhões de euros a empresas exportadoras, sendo 700 milhões de euros para dotação geral.</p> <p>A PME Crescimento 2013 irá manter os mesmos “spreads” controlados que vigoraram na linha de 2012 (entre 4,8 e 5,3 por cento) e conta com 75 por cento de cobertura de garantia mútua no caso das micro e pequenas empresas e de 50 por cento no caso das restantes PME.</p> <p>O montante máximo por empresa poderá ascender a 25.000 euros para micro-empresas e 50.000 euros para pequenas empresas. No caso de PME Líder poderá ir até 1.500.000 euros.</p>

2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Legislação referente ao NIF</i> <i>Decreto-Lei n.º14/2013. D.R. n.º 19, Série I de 2013-01-28</i>	No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º64-B/2011, de 30 de dezembro, procede à sistematização e harmonização da legislação referente ao Número de Identificação Fiscal e revoga o Decreto-Lei n.º463/79, de 30 de novembro.
<i>Programa Valorizar</i> <i>Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/2013, D.R. n.º 20, Série I de 2013-01-29</i>	Aprova o «Programa Valorizar», que visa o estímulo à atividade económica produtiva de base regional e local para promover um desenvolvimento regional que favoreça o crescimento económico sustentável, a competitividade e o emprego e o investimento empresarial, numa lógica de coesão territorial.
<i>Programa de qualificação e inserção profissional - conservação e manutenção do património</i> <i>Portaria n.º 33/2013. D.R. n.º 20, Série I de 2013-01-29</i>	Cria o programa de qualificação e inserção profissional nas áreas da conservação e manutenção do património.
<i>Contingente de médicos aposentados a contratar</i> <i>Despacho n.º 1663/2013. D.R. n.º 20, Série II de 2013-01-29</i>	Define, para 2013, o contingente de médicos aposentados que podem ser contratados pelos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde.
<i>Combustível em veículos – GPL e GN</i> <i>Lei n.º 13/2013. D.R. n.º 22, Série I de 2013-01-31</i>	Estabelece o regime jurídico para a utilização de gases de petróleo liquefeito (GPL) e gás natural comprimido e liquefeito (GN) como combustível em veículos.
<i>Sistema tarifário de resíduos</i> <i>Resolução da Assembleia da República n.º 8/2013. D.R. n.º 22, Série I de 2013-01-31</i>	Recomenda a aplicação do sistema tarifário de resíduos baseado no instrumento económico <i>pay as you throw</i> (PAYT), tal como sugestão da Comissão Europeia no recente estudo sobre prevenção e reciclagem de resíduos.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Apoio financeiro aos vitivinicultores</i></p> <p>Portaria n.º 40/2013. D.R. n.º 23, Série I de 2013-02-01</p>	<p>Cria um apoio financeiro destinado aos vitivinicultores cujas parcelas de vinha, situadas em várias freguesias e concelhos, sofreram danos causados pela queda de granizo nos meses de maio e julho de 2012.</p>
<p><i>Fixação de preços cuidados de saúde</i></p> <p>Portaria n.º 41/2013. D.R. n.º 23, Série I de 2013-02-01</p>	<p>Fixa os preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento e ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) a praticar no ano de 2012 e revoga a Portaria n.º 220/2011, de 1 de junho.</p>
<p><i>Contratos de Investimento</i></p> <p>Despacho n.º 1924/2013. D.R. n.º 23, Série II de 2013-02-01</p>	<p>Aprova a minuta do contrato de investimento, e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., a L'Air Liquide - Société Anonyme de L'Étude et Exploitation des Procédés Georges Claude, a Air Liquide International, S.A. e a Sociedade Portuguesa do Arlíquido "Arlíquido", Lda.</p>
<p>Despacho n.º 1925/2013. D.R. n.º 23, Série II de 2013-02-01</p>	<p>Aprova a minuta do contrato de investimento, e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., a Robert Bosch, GmbH, a Robert Bosch Portugal, SGPS, S.A. e a Bosch Car Multimédia Portugal, S.A.</p>
<p>Despacho n.º 1926/2013. D.R. n.º 23, Série II de 2013-02-01</p>	<p>Aprova a minuta do contrato de investimento, e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., e a Mitsubishi Fuso Truck Europe - Sociedade Europeia de Automóveis, S.A.</p>
<p>Despacho n.º 2276/2013. D.R. n.º 28, Série II de 2013-02-08</p>	<p>Aprova a minuta do contrato de investimento, e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. a Alstom Holdings, a Alstom España IB, S.L. e a Alstom Portugal, SA.</p>
<p><i>Sistema Integrado contra as Aleatoriedades Climáticas</i></p> <p>Portaria n.º 45/2013. D.R. n.º 24, Série I de 2013-02-04</p>	<p>Segunda alteração ao Regulamento do Sistema Integrado de Proteção contra as Aleatoriedades Climáticas aprovado pela Portaria n.º 318/2011, de 30 de dezembro.</p>
<p><i>Convenções de prestadores de cuidados de saúde</i></p> <p>Aviso n.º 1747/2013. D.R. n.º 25, Série II de 2013-02-05</p>	<p>Adesão a convenções de prestadores de cuidados de saúde.</p>
<p><i>Alteração acordos com prestadores</i></p> <p>Aviso n.º 1748/2013. D.R. n.º 25, Série II de 2013-02-05.</p>	<p>Alteração de acordos com prestadores.</p>
<p><i>Programa ECO.AP</i></p> <p>Portaria n.º 60/2013. D.R. n.º 25, Série II de 2013-02-05</p>	<p>Aprova o caderno de encargos tipo dos procedimentos para a formação de contratos de gestão de eficiência energética - Programa ECO.AP</p>
<p><i>Lista de aposentados e reformados</i></p> <p>Aviso n.º 1974/2012. D.R. n.º 28, Série II de 2013-02-08</p>	<p>Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de março de 2013.</p>
<p><i>Tarifas transitórias - gás natural</i></p> <p>Portaria n.º 59/2013. D.R. n.º 29, Série I de 2013-02-11</p>	<p>Fixa a data de extinção das tarifas transitórias para fornecimento de gás natural aos clientes finais com consumos anuais superiores a 10 000m³.</p>
<p><i>Apoio à Contratação via Reembolso da Taxa Social Única</i></p> <p>Portaria n.º 65-A/2013. D.R. n.º 31, Suplemento, Série I de 2013-02-13</p>	<p>Primeira alteração à Portaria n.º 229/2012, de 3 de agosto que cria a medida de Apoio à Contratação via Reembolso da Taxa Social Única.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Medidas Passaporte Emprego</i></p> <p>Portaria n.º 65-B/2013. D.R. n.º 31, Suplemento, Série I de 2013-02-13</p>	<p>Primeira alteração à Portaria n.º 225-A/2012, de 31 de julho que regula as Medidas Passaporte Emprego, Passaporte Emprego Economia Social, Passaporte Emprego Agricultura e Passaporte Emprego Associações e Federações Juvenis e Desportivas.</p>
<p><i>Receita de Imposto Sobre Veículos</i></p> <p>Despacho n.º 2467/2013. D.R. n.º 32, Série II de 2013-02-14</p>	<p>Apuramento da receita do ISV cobrada no continente mas devida às regiões autónomas.</p>
<p><i>Impostos especiais de consumo e do imposto sobre os veículos – declaração eletrónica</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 21/2013. D.R. n.º 33, Série I de 2013-02-15</p>	<p>Estabelece o regime da utilização da transmissão eletrónica de dados para o cumprimento de formalidades declarativas nas áreas aduaneiras, dos impostos especiais de consumo e do imposto sobre os veículos, bem como a utilização dos respetivos sistemas informáticos para a comunicação dos atos praticados pela Autoridade Tributária e Aduaneira no âmbito dessas formalidades.</p>
<p><i>Sistema de Incentivos de Apoio Local</i></p> <p>Portaria n.º 68/2013. D.R. n.º 33, Série I de 2013-02-15</p>	<p>Aprova o Regulamento do Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas.</p>
<p><i>Lei-quadro das Fundações</i></p> <p>Portaria n.º 75/2013. D.R. n.º 34, Série I de 2013-02-18</p>	<p>Regulamenta o disposto no n.º 2 do artigo 9.º e n.º 3 do artigo 22.º, ambos da Lei-Quadro das Fundações (Lei n.º 24/2012, de 9 de julho).</p>
<p><i>Fundo de Resolução</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 24/2013. D.R. n.º 35, Série I de 2013-02-19</p>	<p>Estabelece o método de determinação das contribuições iniciais, periódicas e especiais para o Fundo de Resolução, previstas no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedade Financeiras.</p>
<p><i>Produção de eletricidade</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 25/2013. D.R. n.º 35, Série I de 2013-02-19</p>	<p>Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 363/2007, de 2 de novembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à produção de eletricidade por intermédio de unidades de microprodução, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 34/2011, de 8 de março, que estabelece o regime jurídico aplicável à produção de eletricidade por unidades de miniprodução.</p>
<p><i>Inspeção técnica de veículos a motor</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 26/2013. D.R. n.º 35, Série I de 2013-02-19</p>	<p>Procede à primeira alteração à Lei n.º 11/2011, de 26 de abril, que estabelece o regime jurídico de acesso e de permanência na atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime de funcionamento dos centros de inspeção.</p>
<p><i>Inspeção técnica de veículos - regime jurídico</i></p> <p>Despacho n.º 2657/2013. D.R. n.º 35, Série II de 2013-02-19</p>	<p>Cria o grupo de trabalho interministerial para o acompanhamento da aplicação do novo regime jurídico de criação, organização e funcionamento da inspeção técnica de veículos a motor e dos regimes de acesso e de exercício das profissões reguladas por cada uma daquelas associações públicas profissionais.</p>
<p><i>Estágios Profissionais - POPH</i></p> <p>Despacho n.º 2682/2013. D.R. n.º 35, Série II de 2013-02-19</p>	<p>Alteração e republicação do Regulamento Específico que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da tipologia de intervenção 5.2 «Estágios Profissionais», do Programa Operacional Potencial Humano (POPH).</p>
<p><i>Taxas devidas IPJD, I.P.</i></p> <p>Despacho n.º 2725/2013. D.R. n.º 36, Série II de 2013-02-20</p>	<p>Fixa o pagamento das taxas devidas, ao Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., pelos atos relativos ao processo de emissão de títulos profissionais de diretor técnico e de técnico de exercício físico e vários atos relacionados.</p>
<p><i>Contrato de investimento</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2013. D.R. n.º 36, Série I de 2013-02-20</p>	<p>Aprova a minuta do aditamento ao contrato de investimento e ao contrato de concessão de benefícios fiscais, a celebrar entre o Estado Português e a Indumape - Industrialização de Fruta, S.A.</p>
<p><i>Resolução de contratos de concessão de benefícios fiscais</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2013. D.R. n.º 36, Série I de 2013-02-20</p>	<p>Declara a resolução de contratos de concessão de benefícios fiscais celebrados entre o Estado Português e as sociedades General Motors Portugal, Lda., Riopole - Têxteis, S.A., e Earthlife - Novas Tecnologias para as Energias Renováveis, S.A.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Contratos fiscais de investimento</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/2013. D.R. n.º 36, Série I de 2013-02-20</p>	<p>Aprova as minutas de contratos fiscais de investimento, e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português e diversas sociedades.</p>
<p><i>Boas práticas de contratação laboral</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 13/2013. D.R. n.º 39, Série I de 2013-02-25</p>	<p>Pelo relançamento do emprego e por boas práticas de contratação laboral.</p>
<p><i>Parcerias público-privadas do setor rodoviário e ferroviário</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 14/2013. D.R. n.º 39, Série I de 2013-02-25</p>	<p>Prorrogação do prazo de funcionamento da comissão parlamentar de inquérito à contratualização, renegociação e gestão de todas as parcerias público-privadas do setor rodoviário e ferroviário.</p>
<p><i>Unidade Ministerial de Compras - MEE</i></p> <p>Despacho n.º 2950/2013. D.R. n.º 39, Série II de 2013-02-25</p>	<p>Determina a centralização, na Unidade Ministerial de Compras (UMC) do Ministério da Economia e do Emprego, da condução dos procedimentos de contratação das aquisições, designadamente a adjudicação das propostas em representação das entidades compradoras, relativas às categorias de bens e serviços.</p>
<p><i>Contratos de Aquisição de Energia – produtores de eletricidade</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 32/2013. D.R. n.º 40, Série I de 2013-02-26</p>	<p>Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 240/2004, de 27 de dezembro, no sentido de prever a possibilidade de redução dos encargos que integram a compensação atribuída aos produtores de eletricidade pela cessação antecipada dos respetivos Contratos de Aquisição de Energia.</p>
<p><i>Comercializador de eletricidade e de gás natural</i></p> <p>Portaria n.º 83/2013. D.R. n.º 40, Série I de 2013-02-26</p>	<p>Fixa o valor da taxa devida pela apreciação do pedido e pela efetivação do registo para o exercício das atividades de comercialização de eletricidade e de gás natural.</p>
<p><i>Alienação Ações EDP</i></p> <p>Despacho n.º3019/2013 - D.R. n.º 40, Série II de 2013-02-26</p>	<p>Alienação de Ações da EDP.</p>
<p><i>Contrato de investimento</i></p> <p>Despacho n.º 3032/2013. D.R. n.º 40, Série II de 2013-02-26</p> <p>Despacho n.º 3033/2013. D.R. n.º 40, Série II de 2013-02-26</p>	<p>Aprova a minuta do contrato de investimento, e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., a Rio Forte Investments, S. A., a Herdade da Comporta - Atividades Agro Silvícolas e Turísticas, S. A. e a Comporta Dunes Hotéis e Golfe -Promoção e Desenvolvimento de Atividades Hoteleiras e Turísticas, S. A.</p> <p>Aprova a minuta do contrato de investimento, e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., e a Altranportugal, S.A.</p>
<p><i>Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos</i></p> <p>Portaria n.º 84/2013. D.R. n.º 41, Série I de 2013-02-27</p>	<p>Atualiza a taxa do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos, aplicável ao gasóleo de aquecimento.</p>
<p><i>Portal dos Contratos Públicos</i></p> <p>Portaria n.º 85/2013. D.R. n.º 41, Série I de 2013-02-27</p>	<p>Primeira alteração à Portaria 701-F/2008, de 29 de julho que regula a constituição, funcionamento e gestão do portal único da Internet dedicado aos contratos públicos (Portal dos Contratos Públicos).</p>
<p><i>Fornecimento de energia elétrica - instalações eventuais</i></p> <p>Diretiva n.º 3/2013. D.R. n.º 41, Série II de 2013-02-27 - ERSE</p>	<p>Estabelece as condições de fornecimento de energia elétrica a instalações eventuais.</p> <p>O exercício da escolha de comercializador, nos termos do Regulamento de Relações Comerciais (RRC), é efetuado por associação a cada instalação consumidora, sendo os processos específicos para esse exercício de escolha concretizados nos procedimentos de mudança de comercializador aprovados pela Diretiva n.º 8/2012 da ERSE.</p>

Abreviaturas Utilizadas

